



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÕES
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15642/2025/SEMOSP	
DATA DE ABERTURA: 24/02/2026 às 09h00min. no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			
OBJETO			
Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Construção Civil 02, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
215.719,22 (Duzentos e quinze mil, setecentos e dezenove reais e vinte e dois centavos)			R\$ 0,01
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO	Termo de Contrato ou equivalente	POR ITEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital	
- Sicafe ou documentos equivalentes		- Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

MODO DE DISPUTA	Item Exclusivo para ME/EPP?	Item com Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Demonstração
ABERTO	SIM	NÃO	NÃO

Prazo de envio da proposta/documentos complementares

120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.

Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações

Até 18/02/2026 no e-mail: pregaopma@hotmail.com, demais condições no item 14. deste Edital

Observações Gerais

-

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)

Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO

(LEI 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15642/2025/SEMOSP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº. 23.384 datado de 07 de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90007/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade **Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Construção Civil 02, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br (**comprasnet**); e/ou www.ariquemes.ro.gov.br na aba de anexos da licitação no link: transparencia.ariquemes.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=d071ad2f671581a12667d64771c792ca.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	450522
PREGOEIRO:	Valdesir Suhre - Decreto Municipal nº. 23.384 datado de 07 de janeiro de 2026
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	09/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	24/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	24/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº**



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

15642/2025/SEMOSP, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1.1. DO OBJETO: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Construção Civil 02, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses. Conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.1.2. A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBO E CONEXÕES PVC RÍGIDO, COM 175G.	265158	UND	65	25,58	1.662,70
2	Anel Vedação Material: Borracha Características Adicionais: Vaso Sanitário Com Guia	367406	UND	59	10,75	634,25
3	Arame galvanizado, 6bwg, d= 5,16mm	304206	KG	30	16,54	496,20
4	Barra Aço Formato Seção: Redondo Bitola: 3/8 POL Comprimento: 1 M Características Adicionais: Com Rosca Material: Aço Inoxidável Aisi 304	458874	BARRA	220	11,97	2.633,40
5	BARRA ROSCADA 3/8 X 1M	458874	UND	40	8,09	323,60
6	Cabo De Aço - Cabo De Aço 1/2" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 12,7mm.	449749	METRO	40	19,64	785,60
7	Cabo De Aço - Cabo De Aço 5/8" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 15,9mm.	630597	METRO	100	32,07	3.207,00
8	Caixa D'Água Material: Fibra de Vidro Capacidade: 2.000 L Características Adicionais: Com Tampa	323174	UND	9	1.354,85	12.193,65
9	Caixa d'água de fibra de vidro, 1000 litros, com tampa.	363396	UND	3	528,99	1.586,97
10	Canaleta Material: Pvc Tipo: Com Tampa Cor: Branca Características Adicionais: Lisa E Sem Divisória, Com Fita Dupla Face Dimensões: (AxLxc) 20 X 10 X 2000 MM	375179	UND	98	7,74	758,52
11	CARRIOLA: carro de mão com caçamba	452395	UND	87	414,07	36.024,09



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	metálica e capacidade de 65 litros, cor cinza ou preta dimensões: 1455x622x545mm, peso 15 kg pneu com câmara de ar 3,5.					
12	CHAVE TORX MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, FORMATO: RETA ACABAMENTO: NIQUELADO E CROMADO, COM PONTA FOSFATIZADA REFERÊNCIA: T20 MATERIAL CABO: POLIPROPILENO BITOLA: 3,86MM COMPRIMENTO HASTE: 100MM COMPRIMENTO: 190MM.	331142	UND	6	15,84	95,04
13	Chuveiro Elétrico Material: Termoplástico Variações Temperatura Água: 4 Cor: Branca Potência: Mínima 6.800 W Tensão Operação: 220 V	441645	UND	72	164,94	11.875,68
14	Chuveiro não Elétrico Material: Plástico Tipo: com Braço, Sem registro Diâmetro: 4 POL Cor: Branca Comprimento Braço: Cerca 35 CM	441645	UND	15	11,34	170,10
15	Cola para vedação de calhas e rufos, tubo 400 gramas	468352	UND	50	18,56	928,00
16	Conexão hidráulica - Adaptador soldável com flange e anel de vedação, para caixa d'água, 20mm, marrom.	373920	UND	10	11,51	115,10
17	Corrente Soldada Zincada 6.0mm. Dimensões aproximadas dos Elos: 22x40mm; Resistência Mínima: 500 Kg F; Ruptura: 2000 Kgf; Normas Abnt: Nbr 15293.	480682	METRO	350	23,73	8.305,50
18	Cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto).	220729	UND	100	50,21	5.021,00
19	Curva de PVC, 45° 100 mm, Cor Branca, de Boa Qualidade.	374801	UND	10	65,71	657,10
20	Curva Material: Pvc Tipo: Curva 45° Tipo Fixação: Soldável Bitola Lado Soldável: 25mm Marrom boa qualidade	344601	UND	30	5,14	154,20
21	Disco de lixa flap 4.1/2 x 7/8 polegadas, grão 40.	441694	UND	10	8,22	82,20
22	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 40 CM Cor: Branco	247042	UND	65	9,53	619,45
23	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 60 CM Cor: Branco	247142	UND	65	12,23	794,95
24	Fechadura de Porta de Vidro Material Lingueta: Aço Inoxidável Material Testa: Aço Inoxidável Material Tambor Segredo: Aço Inoxidável Componentes: Duas Chaves Metálicas e espelho Características	365436	UND	12	72,10	865,20



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	Adicionais: 180° de Rotação, Tambor aproximadamente de 22 mm, tipo bico de papagaio/Auxiliar Aplicação: Porta de Correr/Vidro					
25	FITA 100 MM X 10 M ENVELOPAMENTO DE INSTALAÇÕES ISOLAMENTO EM REFRIGERAÇÃO Fita Material: PVC Largura: 100 MM Comprimento: 10 M Características Adicionais: Utilizada No Envelopamento De Instalações Finalidade: Isolamento Em Refrigeração *Cor: Branca*	418894	UND	3	6,89	20,67
26	Joelho de PVC, 40 Mm, 90°, Soldável, de Boa Qualidade.	233982	UND	10	9,05	90,50
27	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 PARA JARDIM DUPLA CAMADA, POL. 2,5 MM REFORÇADA EM PVC MATERIAL FLEXÍVEL.	307466	METRO	210	5,98	1.255,80
28	PARAFUSO Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Auto Brocante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	12,91	103,28
29	Parafuso Auto-Atarraxante Material: Aço Carbono Tratamento Superficial: Bicromatizado Tipo Cabeça: Chata Tipo Fenda: Phillips Diâmetro Corpo: 5,50 MM Comprimento: 25 MM	328726	CEN	5	28,03	140,15
30	PARAFUSO FIXAÇÃO DE TELHA, ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5/16" E COMPRIMENTO 250MM. CONJUNTO COM ARRUELAS METÁLICAS E DE PVC CÔNICAS. Parafuso fixação de telha, rosca soberba, diâmetro 5/16" e comprimento 250mm. Conjunto com arruelas metálicas e de pvc cônicas.Caixa com 100 und	299871	CX	5	504,46	2.522,30
31	Parafuso Sextavado Flangeado Nº 12 x 3/4 com ponta Broca Nº 3 e Arruela, material: Aço baixo carbono. Caixa com 100 unidades.	472163	UND	45	29,00	1.305,00
32	PARAFUSO TELHA Material: Aço zincado Tipo: Telheiro comprimento 11 Cm, Diâmetro 8mm Forma da rosca: soberba, Sistema de aperto: chave forma da cabeça: Hexagonal	369300	UND	5	1,20	6,00
33	Parafuso zincado, auto brocante, flangeado, 4,2mmx19mm.	442015	CEN	6	8,16	48,96
34	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÂMINAS DE MADEIRA	472733	UND	60	123,95	7.437,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES COMPRIMENTO: 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 M					
35	PORCA PLANA SEXTAVADO Porca Plana Material: Ferro Galvanizado Formato: Sextavado Diâmetro Nominal: 5/8 POL PACOTE COM 100 UNIDADES	365557	PCT	10	93,00	930,00
36	PORTA DE MADEIRA Espécie da madeira: Angelim Tipo: Maciça Largura: 80 CM Altura: 2,10 M Características Adicionais: Com Guarnição/Jogo De Portal, Com Fechadura Completa. (obs: a fechadura já deve vim instalada na porta).	611016	UND	10	2.058,40	20.584,00
37	Parafuso Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Agulha Autoperfurante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	11,67	93,36
38	PREGO COM CABEÇA 18 X 27 Pregos Com Cabeça Material: Aço Carbono Tipo Cabeça: Liso Tipo Ponta: Comum Bitola: 18 X 27 Pacote 1 Quilograma	333250	PCT	235	17,10	4.018,50
39	PREGO COM CABEÇA TIPO: CONICA AXANDREZADA CORPO: LISO TIPO DE PONTA: DIAMANTE BITOLA: 19X36 PACOTE COM 1KG.	214383	PCT	230	14,66	3.371,80
40	Ralo Sifonado PVC Grelha Quadrada DN 100mm x 100mm x 50mm.	304273	UND	25	19,55	488,75
41	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 20 MM Aplicação: Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	415541	UND	47	11,91	559,77
42	Registro esfera, PVC soldável 25 mm	240635	UND	45	16,36	736,20
43	Régua Comum Material: Madeira Comprimento: 100 CM Graduação: Centímetro Tipo Material: rígido	233105	UND	5	24,61	123,05
44	Sifão flexível simples universal, de plástico, 1,5 metros	262078	UND	103	17,83	1.836,49
45	Tábua de madeira não aparelhada 2,5 x 30 cm POR 3 METROS cedrinho ou equivalente da região.	387805	METRO	955	31,37	29.958,35
46	Tê - conexão para tubos e canos - soldável, material polipropileno, diâmetro entrada 25mm, diâmetro saída 1/2 pol.	466471	UND	65	6,18	401,70
47	TELA EM AÇO, SOLDADA, NERVURADA, Q 138, MALHA QUADRADA COM ESPAÇAMENTO DE 10 X 10 CM, DIMENSÕES 2,45M X 6,00M, DIÂMETRO DO FIO 4,20MM. CORREÇÃO DE	480853	UND	20	279,54	5.590,80



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	RACHADURA/FISSURAS. Tela em aço, soldada, nervurada, Q 138, malha quadrada com espaçamento de 10 X 10 cm, dimensões 2,45m x 6,00m, Diâmetro do fio 4,20mm. Correção de Rachadura/Fissuras.					
48	Tela sombrite 90%, Medidas 5,00m x 10,00m, com bainha	477908	UND	9	1.282,00	11.538,00
49	TELHA DE FIBROCIMENTO 5MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,5 cm, Altura da onda: 5,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação parafuso, peso: 27,1 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237551	UND	15	58,33	874,95
50	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,6 cm, Altura da onda: 6,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação: parafuso, peso: 32,5 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237554	UND	70	70,80	4.956,00
51	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: Filtro E Bebedouros De Água Rosca De Entrada: 1/2 POL, Alavanca Gota 1/4 de Volta Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Compatível Com Todas As Carcaças Com Rosca De 1/2.	434674	UND	108	64,78	6.996,24
52	Torneira plástica 1/2", de bancada, para lavatório.	320505	UND	93	22,70	2.111,10
53	Trinco Material: Aço Zincado Tipo: Ferrolho Chato Dimensão: 4 POL Aplicação: Portas E Janelas Em Geral	614544	UND	60	20,79	1.247,40
54	Tubo Galvanizado 4 pol X 6 Mt - 3,75 mm - Tubo de Aço Galvanizado, Barra Com 6 Metros, Espessura da Parede 3,75mm. Norma: NBR 5580.	466310	BARRA	5	1.065,28	5.326,40
55	Vaso sanitário com caixa acoplada 3,6 litros, material: louça, cor: branca	264236	UND	20	402,20	8.044,00
56	Veda Calha, aspecto físico pastoso, tubo de 280 GR	266502	UND	120	25,11	3.013,20
TOTAL (R\$)						215.719,22

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3. Os quantitativos do objeto desta licitação estão atendendo a Lei 123/2006 e suas alterações.

2.3.1. ITENS COM PARTICIPAÇÃO exclusiva para ME, EPP e MEI: Itens com valores de até R\$ 80.000,00. Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações);

2.4. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;

2.4.1. Local e horário de entrega - Conforme estabelecido no **item 5.1** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.4.1.1. Os itens solicitados deverão ser efetuados nos locais indicados pelas Secretarias, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD, quais sejam:

2.4.1.2. SEMAIC/SEMA/SEMDDES/SEMUST/SEMTEC/SEMOSP/SEMPOG: Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.

2.4.1.3. SEMSAU: Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes, situado na Avenida Tucano, Travessa Saturno nº 118, Bairro Jardim das Palmeiras, no horário das 07h30min às 12h horas e das 14h às 17h30min horas de segundas-feiras a quintas-feiras, e nas sextas-feiras das 07h30min às 13h:30min.

2.4.2. Prazo e forma de entrega - Conforme estabelecido no **item 5.2** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.4.2.1. O prazo de entrega dos bens não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, em remessa única ou de forma parcelada.

2.4.2.2. A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

2.4.2.3. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

2.4.3. Garantia do objeto - Conforme estabelecido no **item 5.3** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.5.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

Programação: 02.013.20.605.0013.2706 - Manutenção do Banco de Alimentos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Materiais de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.500 0 Recursos não vinculados

Ficha: 763

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)

Programação: 18.122.0011.2600 - Manutenção das atividades da SEMA;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

18 541 0020 2601 0000 - Manutenção de Praças, canteiros e Áreas Verdes

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: Próprio

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Assistência Social;

Programações: 08.122.0018.2400 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assistência Social

08.243.0018.2403 - Manutencao Das Ativ. Do Conselho Tutelar

08.244.0017.2405 - Fortalecimento Do Controle Social (Cmas)

08.244.0019.2406 - Bloco Da Proteção Social Básica - Psb

08.244.0017.2407 - Indice De Gestao Descentralizada Igd Suas

08.244.0019.2408 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)

08.244.0017.2414 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único

08.244.0022.2415 - Primeira Infância No Suas - Criança Feliz

08.244.0022.2417 - Crescendo Bem

08.244.0017.2419 - Vigilancia Socioassistencial

08.244.0022.2423 - Mamãe Cheguei

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.00 Material De Consumo 4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente

Fonte De Recurso: RP / Recurso Da União / Recurso Estadual.

SEMUST:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

Programação: 06.122.0032.2201 Manutenção das Atividades da SEMUST;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de Impostos;

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

Programação: 27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;

Programação: 27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2653.0000 - Pav. Cons. e Qualificação de Vias Urbanas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. Recup. Infraestrutura Urbana

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Transferência da União Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.

Programação: 10.122.0039.2501 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria;

10.301.0035.2507 - Atenção Básica em Saúde PAB;

10.302.0037.2513 - Atenção de Média e Alta Complex. Amb. e Hospitalar MAC;

10.302.0037.2519 - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

10.304.0036.2524 - Ações de Vigilância Sanitária;

10.305.0036.2526 - Ações de Vigilância e Promoção em Saúde;

10.305.0036.2527 - Vigilância, Prevenção e Controle das DST/ AIDS Hepatites Virais;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

Fonte de Recurso: RP-1.500, SUS-1.600, ESTADUAL-1.621.

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

Programação: 02.06.04.122.0005.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

2.6. DO PAGAMENTO

2.6.1. Conforme estabelecido do item 7.22 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital: “O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.”

2.7. INDICE DE REAJUSTE

2.7.1. Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato;

2.7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/11/2025.

2.7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.7.8. a ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.7.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

3.5. O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10. A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. Em tempo, será analisado também:

3.11.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.11.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.11.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.2.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.2.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.2.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.2.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.2.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.2.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

5.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e



utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo);

6.3.5. O licitante poderá, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.3.9. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.10. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.11. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

6.3.12. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6.4.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

6.4.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- 6.5.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.5.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 6.5.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.5.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 6.5.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.5.5.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.5.5.2.** empresas brasileiras;
 - 6.5.5.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.5.5.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.6.** Nos casos em que o sistema não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

8.2.2. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);



- 9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);
- 9.1.5. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social** (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*;
- 9.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes** (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*.
- 9.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 9.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 9.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 9.7.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.8.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.9.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.
- 9.10.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.11. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:**
- 9.11.1.** conter vícios insanáveis;
 - 9.11.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.11.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.11.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.11.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

9.13.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.13.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.16. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



9.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.22. Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

c) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.4. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.](#)



10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.8.7. No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.8.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.8.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.8.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.8.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.9.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também,



por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.5. Certidão de Regularidade de Débito - CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

10.10. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.10.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

10.11.1. Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

10.11.1.1. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

10.11.1.2. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

10.11.1.3. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

10.11.2. Caso os itens ofertados sejam de marca ou modelo com distribuição restrita ou controle de revenda, poderá ser exigida declaração de autorização do fabricante, comprovando que a empresa está legalmente habilitada para comercializar e distribuir os referidos produtos.

10.11.3. Deverá ser comprovado que os produtos ofertados atendem às normas técnicas e sanitárias vigentes, por meio de pelo menos uma das seguintes formas: Certificação compulsória emitida por



organismo acreditado pelo INMETRO.

10.12. DAS DECLARAÇÕES:

10.12.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.

- a) A licitante deverá apresentar Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- b) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
- c) A licitante deverá apresentar Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

10.12.2. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, após a fase de lances ou quando solicitadas pelo agente.

10.13.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.13.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail.; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

13.4.4. Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;



- 13.4.5.** A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.
- 13.4.6.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);
- 13.4.7.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);
- 13.4.8.** I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);
- 13.5.** Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 13.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5.** Fraudar a licitação;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
 - 14.2.2.** multa;
 - 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade paraliciar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)



14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado** pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo Dr. Carpintero, sala 19, no 2º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

15.3.1. Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

15.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

1.2. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados a encaminhar, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, manifestação de interesse em compor o **Cadastro Reserva**, mediante envio de e-mail para: **pregaopma@hotmail.com**, nos termos do Decreto nº 19.359/2022.

a) Os **três primeiros licitantes mais bem classificados** que manifestarem interesse dentro do prazo comporão o cadastro reserva.

b) Poderão compor o cadastro reserva os licitantes que aceitarem fornecer os bens ou serviços **pelos mesmos valores** do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022.

c) No e-mail de manifestação de interesse, os licitantes deverão informar, de forma detalhada, os itens que desejam incluir no cadastro reserva, contendo obrigatoriamente: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo (conforme proposta apresentada inicialmente), valor unitário **igual** ao do licitante vencedor e valor total correspondente.

1.3. Ao término dos procedimentos licitatórios, os licitantes classificados no cadastro reserva serão convocados nos mesmos termos previstos para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a fim de firmar a **Ata de Cadastro de Reserva**, conforme modelo anexo ao edital.

a) Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

17. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

17.1. Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

17.2. Esse processo seguirá as seguintes etapas:

17.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

17.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação: Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

17.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes: Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá



para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

17.2.4. Negociação do menor valor possível: Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.

17.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada: A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

17.2.6. Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;

17.2.7. A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

17.2.8. A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

17.2.9. Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

17.3. Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

18.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

18.2.2. Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

18.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

18.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.5. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

18.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

18.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

18.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

18.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

18.13. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

18.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

18.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

18.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

18.19. CREDENCIAMENTO ePROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providencias.

18.19.1. Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer peticionamentos e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

18.19.2. Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

18.19.3. Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

18.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.gov.br/compras, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao.

18.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

18.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

18.23. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

19. ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3713598)

Apêndice I do T.R. - **Estudo Técnico Preliminar** (ID 3606974);

Apêndice II do T.R. - **Matriz de Gerenciamento de Riscos** (ID 3606988);

Apêndice III do T.R. - **Quadro de distribuição** (ID 3607455);

Apêndice IV do T.R. - **Minuta de Contrato** (ID 3713523);

Apêndice V do T.R. - **Minuta da Ata de Registro de Preço** (ID 3607753);

Apêndice VI do T.R. - **Minuta da Ata de Cadastro Reserva** (ID 3607931);

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Ariquemes/RO, 16 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Camila Alecrim de Azevedo
Integrante da Diretoria de Compras - SML
Decreto n.º 22.992/2025

Pregoeiro Designado:

Para os procedimentos de divulgação do edital de licitação; apresentação de propostas e lances, quando for o caso; julgamento; habilitação; e recursal: Agente de Contratação **Valdesir Suhre** (designado por meio do Decreto n.º 23.384 de 07 de janeiro de 2026).

Valdesir Suhre
Pregoeiro
Decreto Municipal n.º 23.384
datado de 07 de janeiro de 2026



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

ANEXO I DO EDITAL

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3713598)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID3606974);

Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3606988);

Apêndice III do T.R. - Quadro de distribuição (ID 3607455);

Apêndice IV do T.R. - Minuta de Contrato (ID 3713523);

Apêndice V do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3607753);

Apêndice VI do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3607931);

Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026/SML
PROCESSO Nº 15642/2025/SEMOSP

LICITANTE: _____
CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____
ENDEREÇO: _____
C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE / LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO-SML/PMA

a) A empresa _____ devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, localizada na rua _____, n.º _____, na cidade de _____, do estado de _____, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico n.º xx/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

_____, em ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **xx/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 15642/2025/SEMOSP**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome:
RG/CPF:
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026/SML/PMA

ANEXO V - DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 392/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
392/2025	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	12/01/2026 13:49 (v 0.9)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	30/2025	15642/2025

1. Definição do objeto

1.1. Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBO E CONEXÕES PVC RÍGIDO, COM 175G.	265158	UND	65	25,58	1.662,70
2	Anel Vedação Material: Borracha Características Adicionais: Vaso Sanitário Com Guia	367406	UND	59	10,75	634,25
3	Arame galvanizado, 6bwg, d= 5,16 mm	304206	KG	30	16,54	496,20
4	Barra Aço Formato Seção: Redondo Bitola: 3/8 POL Comprimento: 1 M Características Adicionais: Com Rosca Material: Aço Inoxidável Aisi 304	458874	BARRA	220	11,97	2.633,40
5	BARRA ROSCADA 3/8 X 1M	458874	UND	40	8,09	323,60
6	Cabo De Aço - Cabo De Aço 1/2" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 12,7mm.	449749	METRO	40	19,64	785,60
7	Cabo De Aço - Cabo De Aço 5/8" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra,	630597	METRO	100	32,07	3.207,00

	15,9mm.					
8	Caixa D'Água Material: Fibra de Vidro Capacidade: 2.000 L Características Adicionais: Com Tampa	323174	UND	9	1.354,85	12.193,65
9	Caixa d'água de fibra de vidro, 1000 litros, com tampa.	363396	UND	3	528,99	1.586,97
10	Canaleta Material: Pvc Tipo: Com Tampa Cor: Branca Características Adicionais: Lisa E Sem Divisória, Com Fita Dupla Face Dimensões: (Axlxc) 20 X 10 X 2000 MM	375179	UND	98	7,74	758,52
11	CARRIOLA: carro de mão com caçamba metálica e capacidade de 65 litros, cor cinza ou preta dimensões: 1455x622x545mm, peso 15 kg pneu com câmara de ar 3,5.	452395	UND	87	414,07	36.024,09
12	CHAVE TORX MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, FORMATO: RETA ACABAMENTO: NIQUELADO E CROMADO, COM PONTA FOSFATIZADA REFERÊNCIA: T20 MATERIAL CABO: POLIPROPILENO BITOLA: 3,86MM COMPRIMENTO HASTE: 100MM COMPRIMENTO: 190MM.	331142	UND	6	15,84	95,04
13	Chuveiro Elétrico Material: Termoplástico Variações Temperatura Água: 4 Cor: Branca Potência: Mínima 6.800 W Tensão Operação: 220 V	441645	UND	72	164,94	11.875,68
14	Chuveiro não Elétrico Material: Plástico Tipo: com Braço, Sem registro Diâmetro: 4 POL Cor: Branca Comprimento Braço: Cerca 35 CM	441645	UND	15	11,34	170,10
15	Cola para vedação de calhas e rufos, tubo 400 gramas	468352	UND	50	18,56	928,00
16	Conexão hidráulica - Adaptador soldável com flange e anel de vedação, para caixa d'água, 20mm, marrom.	373920	UND	10	11,51	115,10
17	Corrente Soldada Zincada 6.0mm. Dimensões aproximadas dos Elos: 22x40mm; Resistência Mínima: 500 Kg F; Ruptura: 2000 Kgf; Normas Abnt: Nbr 15293.	480682	METRO	350	23,73	8.305,50
18	Cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto).	220729	UND	100	50,21	5.021,00
19	Curva de PVC, 45° 100 mm, Cor Branca, de Boa Qualidade.	374801	UND	10	65,71	657,10

20	Curva Material: Pvc Tipo: Curva 45° Tipo Fixação: Soldável Bitola Lado Soldável:25mm Marrom boa qualidade	344601	UND	30	5,14	154,20
21	Disco de lixa flap 4.1/2 x 7/8 polegadas, grão 40.	441694	UND	10	8,22	82,20
22	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 40 CM Cor: Branco	247042	UND	65	9,53	619,45
23	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 60 CM Cor: Branco	247142	UND	65	12,23	794,95
24	Fechadura de Porta de Vidro Material Lingueta: Aço Inoxidável Material Testa: Aço Inoxidável Material Tambor Segredo: Aço Inoxidável Componentes: Duas Chaves Metálicas e espelho Características Adicionais: 180° de Rotação, Tambor aproximadamentede 22 mm, tipo bico de papagaio/Auxiliar Aplicação: Porta de Correr/Vidro	365436	UND	12	72,10	865,20
25	FITA 100 MM X 10 M ENVELOPAMENTO DE INSTALAÇÕES ISOLAMENTO EM REFRIGERAÇÃO Fita Material: Pvc Largura: 100 MM Comprimento: 10 M Características Adicionais: Utilizada No Envelopamento De Instalações Finalidade: Isolamento Em Refrigeração *Cor: Branca*	418894	UND	3	6,89	20,67
26	Joelho de PVC, 40 Mm, 90°, Soldável, de Boa Qualidade.	233982	UND	10	9,05	90,50
27	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3 /4 MANGUEIRA DE POLIETILENO ¾ PARA JARDIM DUPLA CAMADA, POL. 2,5 MM REFORÇADA EM PVC MATERIAL FLEXÍVEL.	307466	METRO	210	5,98	1.255,80
28	PARAFUSO Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Auto Brocante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	12,91	103,28
29	Parafuso Auto-Atarraxante Material: Aço Carbono Tratamento Superficial: Bicromatizado Tipo Cabeça: Chata Tipo Fenda: Phillips Diâmetro Corpo: 5,50 MM Comprimento: 25 MM	328726	CEN	5	28,03	140,15
	PARAFUSO FIXAÇÃO DE TELHA, ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5 /16" E COMPRIMENTO 250MM. CONJUNTO COM ARRUELAS METÁLICAS E DE PVC CÔNICAS.					

30	Parafuso fixação de telha, rosca soberba, diâmetro 5/16" e comprimento 250mm. Conjunto com arruelas metálicas e de pvc cônicas. Caixa com 100 und	299871	CX	5	504,46	2.522,30
31	Parafuso Sextavado Flangeado Nº 12 x 3/4 com ponta Broca Nº 3 e Arruela, material: Aço baixo carbono. Caixa com 100 unidades.	472163	UND	45	29,00	1.305,00
32	PARAFUSO TELHA Material: Aço zincado Tipo: Telheiro comprimento 11 Cm, Diâmetro 8mm Forma da rosca: soberba, Sistema de aperto: chave forma da cabeça: Hexagonal	369300	UND	5	1,20	6,00
33	Parafuso zincado, auto brocante, flangeado, 4,2mmx19mm.	442015	CEN	6	8,16	48,96
34	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÂMINAS DE MADEIRA ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES COMPRIMENTO: 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 M	472733	UND	60	123,95	7.437,00
35	PORCA PLANA SEXTAVADO Porca Plana Material: Ferro Galvanizado Formato: Sextavado Diâmetro Nominal: 5/8 POL PACOTE COM 100 UNIDADES	365557	PCT	10	93,00	930,00
36	PORTA DE MADEIRA Espécie da madeira: Angelim Tipo: Maciça Largura: 80 CM Altura: 2,10 M Características Adicionais: Com Guarnição/Jogo De Portal, Com Fechadura Completa. (obs: a fechadura já deve vim instalada na porta).	611016	UND	10	2.058,40	20.584,00
37	Parafuso Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Agulha Autoperfurante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	11,67	93,36
38	PREGO COM CABEÇA 18 X 27 Pregos Com Cabeça Material: Aço Carbono Tipo Cabeça: Liso Tipo Ponta: Comum Bitola: 18 X 27 Pacote 1 Quilograma	333250	PCT	235	17,10	4.018,50
39	PREGO COM CABEÇA TIPO: CONICA AXANDREZADA CORPO: LISO TIPO DE PONTA: DIAMANTE BITOLA: 19X36 PACOTE COM 1KG.	214383	PCT	230	14,66	3.371,80
40	Ralo Sifonado PVC Grelha Quadrada DN 100mm x 100mm x 50mm.	304273	UND	25	19,55	488,75
	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 20 MM Aplicação:					



41	Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	415541	UND	47	11,91	559,77
42	Registro esfera, PVC soldável 25 mm	240635	UND	45	16,36	736,20
43	Régua Comum Material: Madeira Comprimento: 100 CM Graduação: Centímetro Tipo Material:rígido	233105	UND	5	24,61	123,05
44	Sifão flexível simples universal, de plástico, 1,5 metros	262078	UND	103	17,83	1.836,49
45	Tábua de madeira nao aparelhada 2,5 x 30 cm POR 3 METROS cedrinho ou equivalente da região.	387805	METRO	955	31,37	29.958,35
46	Tê - conexão para tubos e canos - soldável, material polipropileno, diâmetro entrada 25mm, diâmetro saída 1/2 pol.	466471	UND	65	6,18	401,70
47	TELA EM AÇO, SOLDADA, NERVURADA, Q 138, MALHA QUADRADA COM ESPAÇAMENTO DE 10 X 10 CM, DIMENSÕES 2,45 M X 6,00M, DIÂMETRO DO FIO 4,20MM. CORREÇÃO DE RACHADURA/FISSURAS. Tela em aço, soldada, nervurada, Q 138, malha quadrada com espaçamento de 10 X 10 cm, dimensões 2,45m x 6,00m, Diâmetro do fio 4,20mm. Correção de Rachadura/Fissuras.	480853	UND	20	279,54	5.590,80
48	Tela sombrite 90%, Medidas 5,00m x 10,00m, com bainha	477908	UND	9	1.282,00	11.538,00
49	TELHA DE FIBROCIMENTO 5MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,5 cm, Altura da onde: 5,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação parafuso, peso: 27,1 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237551	UND	15	58,33	874,95
50	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,6 cm, Altura da onde: 6,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação: parafuso, peso: 32,5 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237554	UND	70	70,80	4.956,00
51	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: Filtro E Bebedouros De Água Rosca De Entrada: 1/2 POL, Alavanca Gota 1/4 de Volta Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Compatível Com Todas As Carcaças Com Rosca De 1/2.	434674	UND	108	64,78	6.996,24



52	Torneira plástica 1/2", de bancada, para lavatório.	320505	UND	93	22,70	2.111,10
53	Trinco Material: Aço Zincado Tipo: Ferrolho Chato Dimensão: 4 POL Aplicação: Portas E Janelas Em Geral	614544	UND	60	20,79	1.247,40
54	Tubo Galvanizado 4 pol X 6 Mt - 3,75 mm - Tubo de Aço Galvanizado, Barra Com 6 Metros, Espessura da Parede 3,75mm. Norma: NBR 5580.	466310	BARRA	5	1.065,28	5.326,40
55	Vaso sanitário com caixa acoplada 3,6 litros, material: louça, cor: branca	264236	UND	20	402,20	8.044,00
56	Veda Calha, aspecto físico pastoso, tubo de 280 GR	266502	UND	120	25,11	3.013,20
TOTAL (R\$)					215.719,22	

*** Valores de acordo com o Quadro Comparativo (ID 3604788)**

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

1.1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.5 As especificações do(s) produto(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

Dos órgãos participantes

1.1.6. São órgãos participantes deste Registro de Preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - **SEMAIC**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - **SEMA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - **SEMDES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - **SEMUST**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA- **SEMTEC**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - **SEMOSP**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **SEMSAU**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **SEMPOG**

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está inserido no Plano de Contratação Anual ou não, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das secretarias participantes:

SECRETARIAS	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMAIC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme inciso VII do Artigo 12 da lei Federal 14.133/21, com o Número da Contratação: 30/2025, Nº DFD: 208/2024.
SEMA	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 28/2025, Nº DFD: 415/2024.
SEMDES	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a uma conjunção de fatores que impactaram diretamente a capacidade de execução das atividades planejadas. A equipe responsável pela gestão de pessoal e pela condução dos planejamento das futuras contratações encontrava-se com quadro reduzido, o que limitou a capacidade de planejar, executar e finalizar os procedimentos necessários o que resultou em atrasos e na inviabilização da conclusão do PCA-2025, conforme informado na Justificativa 33 de 21/03/2025 (ID 3055502).
SEMUST	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 30/2025, Nº DFD: 164/2024.
SEMTEC	Justificamos a ausência da presente demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) com fundamento no inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da abertura de Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02 (parafusos, pregos e vigas de madeira), destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Ariquemes/RO, durante o período de 12 (doze) meses. Esclarecemos que, durante a fase de estruturação do planejamento, a demanda foi registrada em versão preliminar do documento interno. Contudo, por falha no procedimento de consolidação, a informação não foi devidamente incorporada à versão final encaminhada à Superintendência competente, resultando em sua ausência no sistema do PCA. Destacamos que a necessidade desta contratação decorre da realização de serviços de manutenção, reparos e adequações estruturais em prédios, praças e espaços públicos utilizados pela Secretaria, bem como do apoio logístico para montagem de estruturas em eventos culturais e esportivos. Os materiais de construção civil (como parafusos, pregos e vigas de madeira) são imprescindíveis para assegurar a execução eficiente e segura das atividades, preservando o patrimônio público e garantindo condições adequadas de uso pelos servidores e pela comunidade. Portanto, a contratação visa atender à demanda operacional da Secretaria, proporcionando condições adequadas para a realização de eventos, serviços de manutenção e melhorias estruturais, com planejamento, segurança e eficiência.
SEMOSP	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 30/2025, Nº DFD: 114/2024.
SEMSAU	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 35/2025, Nº DFD: 146/2024
SEMPOG	A contratação em questão não está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2025. No entanto, essa ausência não representa descumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o inciso VII do artigo 12, pois trata-se de uma necessidade que surgiu após a elaboração do PCA, diante da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG e suas unidades vinculadas. A necessidade de Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), identificada após o encerramento do ciclo de planejamento do PCA, justificou o início do processo de contratação fora do cronograma original. Portanto, embora não tenha sido inserida no PCA, a contratação é planejada, necessária e está de acordo com a legislação vigente, sem configurar qualquer irregularidade.

2.3 Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

2.3.1. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.3.1 Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de acondicionamento, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) .

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Requisitos Funcionais

Os requisitos funcionais dizem respeito à **finalidade** e ao **desempenho mínimo** que os materiais devem apresentar para atender às necessidades operacionais da Administração. Para este processo, estabelecem-se:

- Os materiais devem ser adequados para atividades de manutenção predial, reparos emergenciais, reformas estruturais, adequações em espaços públicos, instalações provisórias e demais intervenções realizadas pelas secretarias.
- **Cada item deve desempenhar sua função de maneira segura**, eficiente e compatível com a aplicação prevista — por exemplo:
 - elementos de fixação (parafusos, pregos e similares) devem garantir firmeza e resistência;
 - madeiras e vigas devem suportar esforços estruturais leves a moderados;

- materiais hidráulicos devem garantir estanqueidade e compatibilidade dimensional;
- Os materiais devem ser fornecidos de forma a permitir uso imediato pelas equipes de manutenção, sem necessidade de adaptações, beneficiamentos adicionais ou adequações não previstas.
- As quantidades e unidades de fornecimento devem respeitar os padrões de mercado para facilitar o controle interno, o armazenamento e a execução das atividades.

4.4. Requisitos Não Funcionais

Os requisitos não funcionais abrangem aspectos complementares relacionados à qualidade, durabilidade, logística, apresentação e confiabilidade no fornecimento. Entre eles:

- Os produtos devem apresentar **qualidade mínima**, comprovada por padrões de fabricação reconhecidos e ausência de defeitos como deformações, oxidação, rachaduras, trincas ou falhas estruturais.
- Sempre que aplicável, os itens devem possuir **tratamentos anticorrosivos**, resistência mecânica compatível, propriedades químicas adequadas e acabamento que garanta sua utilização em ambientes internos ou externos.
- O fornecedor deve assegurar **capacidade logística** para entregas fracionadas durante a vigência da Ata, em prazos compatíveis com as necessidades das secretarias.
- Os materiais devem ser entregues **embalados de forma apropriada**, preservando integridade física e evitando danos durante o transporte ou armazenamento.
- A fornecedora deve garantir **padronização** entre lotes, evitando variações que comprometam o desempenho ou a compatibilidade dos itens.
- Sempre que cabível, itens de madeira devem ser provenientes de origem legal, com documentação que comprove regularidade ambiental.
- O fornecedor deve assegurar rastreabilidade das entregas, com notas fiscais completas, descrições claras dos itens, lote, quantidade e demais informações necessárias ao controle administrativo.

4.5. Padrões de Mercado

Os materiais devem observar padrões amplamente aceitos no mercado de construção civil, assegurando disponibilidade, compatibilidade técnica e facilidade de reposição. Entre os padrões aplicáveis:

- Medidas, bitolas, espessuras e dimensões devem seguir os modelos comercialmente difundidos.
- Materiais metálicos devem estar disponíveis nos tipos comumente comercializados (ex.: aço carbono, aço zincado, aço inoxidável, dependendo da natureza do item).
- Materiais hidráulicos devem seguir padrões de roscas, tensões, diâmetros e conexões que facilitem substituição e integração com instalações existentes.
- Itens de madeira devem respeitar padrões dimensionais e espécies comercializadas regionalmente.

4.6. Requisitos Normativos e Regulamentares

A contratação deve observar dispositivos legais, normativos e técnicos aplicáveis, garantindo segurança jurídica, conformidade e adequação técnica dos materiais. A contratação deve seguir:

- **Lei nº 14.133/2021**, especialmente o art. 18 sobre o planejamento da contratação e o art. 82 sobre o Sistema de Registro de Preços.
- **IN SEGES nº 58/2022**, quanto à estrutura obrigatória dos Estudos Técnicos Preliminares.
- Normas técnicas **ABNT** aplicáveis aos materiais de construção civil, como:

- NBRs referentes a elementos de fixação (parafusos, pregos, arruelas);
- NBRs aplicáveis à madeira serrada e beneficiada para fins estruturais;
- NBRs ligadas a argamassas, tintas, impermeabilizantes, produtos cerâmicos, tubulações, conexões, entre outros;
- NBRs de instalações elétricas e hidráulicas, quando pertinente ao material do catálogo.
- Exigência de documentação ambiental (quando aplicável) para materiais de origem vegetal, como **DOF/IBAMA**.
- Observância às normas de segurança do trabalho, transporte e armazenamento de materiais de construção.
- Respeito às exigências de sustentabilidade determinadas em normativos municipais ou federais.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. LOCAL/HORÁRIO

5.1.1 Os produtos solicitados, relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues nos endereços a seguir, conforme designação de cada secretaria.

SEMAIC	A entrega dos insumos licitado deverá ser no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, endereço situado na Travessa União, nº. 3.691, St. Institucional, Ariquemes/RO, no horário de 07:30 á 13:30 segunda à sexta feira. Poderá a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, a seu critério, exigir a troca sem ônus para a mesma, caso o objeto seja entregue em desacordo com as normas e especificações. O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), e achando se concluída, pelo exposto, as condições de pagamento observarão no que couberem, os critérios para pagamento regidos pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
SEMA	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
SEMDES	Os materiais solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Rua União, nº 3691 Setor Institucional (atrás da Feira do Produtor), CEP 76.872- 860, ou, alternativamente, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Avenida Jamari, nº 4615 Setor 02, CEP 76.873-125, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.
SEMUST	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do

SEMTEC	Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
SEMOSP	Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, endereço sito a Travessa União, n.º 3691, setor Institucional, Ariquemes/RO. Segunda a sexta-feira das 07h30min as 13h30min
SEMSAU	Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes, situado na Avenida Tucano, Travessa Saturno nº 118 , Bairro Jardim das Palmeiras, no horário das 07h30min às 12h horas e das 14h às 17h30min horas de segundas-feiras a quintas-feiras, e nas sextas-feiras das 07h30min às 13h:30min.
SEMPOG	O material solicitado devera ser entregue no Patrimônio central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1 O prazo de entrega dos objetos não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, de forma parcelada.

5.2.2 A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

5.2.3 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

5.3 Garantia do Objeto

5.3.1 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

5.4.2 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.5.3 Os bens duráveis deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega no órgão licitante, conforme garantia do fabricante, não se aplicando tal exigência aos materiais de consumo;

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.6.4 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

5.7.5 Os produtos que possuam prazo de validade somente serão recebidos com prazo máximo expirado de 25%, não sendo aceitos com prazo de validade remanescente inferior a 75%

5.8.6 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

5.9.7 A empresa vencedora do processo licitatório deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.

5.10.8 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1 São de inteira responsabilidade das secretarias municipais participantes do Registro de Preço, os procedimentos de recebimento dos serviços, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almojarifado, inserida na estrutura das Secretarias, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

7.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos dos materiais e serviços entregues, a ordem de fornecimento observada as especificações técnicas, e cláusulas constantes no Contrato, Termo de Referência e seus apêndices;

7.3 Formas de recebimento:

7.3.1 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.3.2 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.3.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

7.7 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.8 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 15 DIAS corridos. (Art. 119, lei 14.133/21).

7.9 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.10 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

7.11 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.14 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

7.23 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme Quadro Comparativo (ID 3604788) em 17/11/2025.

7.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM , em regime aberto.**

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.11. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.12. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.13. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101 /2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.24 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.26 Qualificação Técnica

8.26.1 Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

8.26.2 O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

8.26.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

8.26.4 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 215.719,22

9.1 Valor (R\$): 215.719,22 (Duzentos e quinze mil, setecentos e dezenove reais e vinte e dois centavos), conforme custos unitários apostos no ***Quadro de Média de Preços*** em apêndice.

9.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1 A dotação orçamentária para a contratação do serviço por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Diretoria do Sistema de Registro de Preços;

10.2 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2025 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sra. Prefeita Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

10.3 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

10.4 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes-RO.

10.5 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

Programação: 02.013.20.605.0013.2706 - Manutenção do Banco de Alimentos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Materiais de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.500 0 Recursos não vinculados

Ficha: 763

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)

Programação: 18.122.0011.2600 - Manutenção das atividades da SEMA;

18 541 0020 2601 0000 - Manutenção de Praças, canteiros e Áreas Verdes

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: Próprio

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Assistência Social;

Programações: 08.122.0018.2400 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assistência Social

08.243.0018.2403 - Manutencao Das Ativ. Do Conselho Tutelar

08.244.0017.2405 - Fortalecimento Do Controle Social (Cmas)

08.244.0019.2406 - Bloco Da Proteção Social Básica - Psb

08.244.0017.2407 - Indice De Gestao Descentralizada Igd Suas

08.244.0019.2408 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)

08.244.0017.2414 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único

08.244.0022.2415 - Primeira Infância No Suas - Criança Feliz

08.244.0022.2417 - Crescendo Bem

08.244.0017.2419 - Vigilancia Socioassistencial

08.244.0022.2423 - Mamãe Cheguei

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.00 Material De Consumo 4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente

Fonte De Recurso: RP / Recurso Da União / Recurso Estadual.

SEMUST:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

Programação: 06.122.0032.2201 Manutenção das Atividades da SEMUST;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de Impostos;

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

Programação: 27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;

Programação: 27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2653.0000 - Pav. Cons. e Qualificação de Vias Urbanas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. Recup. Infraestrutura Urbana

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;

Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Transferência da União Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.

Programação: 10.122.0039.2501 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria;

10.301.0035.2507 - Atenção Básica em Saúde PAB;

10.302.0037.2513 - Atenção de Média e Alta Complex. Amb. e Hospitalar MAC;

10.302.0037.2519 - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

10.304.0036.2524 - Ações de Vigilância Sanitária;

10.305.0036.2526 - Ações de Vigilância e Promoção em Saúde;

10.305.0036.2527 - Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS Hepatites Virais;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

Fonte de Recurso: RP-1.500, SUS-1.600, ESTADUAL-1.621.

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

Programação: 02.06.04.122.0005.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

11. Do Faturamento

11.1 Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Prefeitura de Ariquemes e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 03 (três) vias, em favor das secretarias abaixo:

11.1.1 Prefeitura Municipal de Ariquemes, CNPJ: 04.104.816/0001-16

Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, Setor Institucional CEP 76.872-854 Ariquemes/RO. Fone (69) 3535-5250.

11.1.2 Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ:14.749.653/0001-61

Endereço: Avenida Jamari, 6ª Rua, n.º 4.615, Setor 02. CEP 76.873-125, Ariquemes/RO. Fone (69) 3536-1575.

11.1.3 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes, CNPJ: 07.582.909/0001-44 -

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3535-3666.

11.2 No corpo da nota deverá conter:

- a descrição detalhada dos serviços realizados pela empresa contratada;

- o número da cotação, Processo, Empenho;
- número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.
- Caso o recurso seja proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta/convênio/contrato de repasse.

12. Condições de Participação

12.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

12.2 Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

12.3.1 aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);

12.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

12.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

12.3.11 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.12 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus **quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. Do Instrumento Contratual e Obrigações

13.1 As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.

14. Justificativa Formação Registro de Preço

14.1 O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 64 do Decreto municipal 19.359/22, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo;

14.2 O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

14.3 O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

14.4 O presente registro de preços de serviço, se enquadra nas hipóteses de 01 a 03, considerando que este objeto enseja contratações frequentes e atende as secretarias municipais pela natureza do objeto, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência, além do que, dada a instabilidade orçamentária em face da variação na arrecadação das receitas do Município.

15. Da Ata de Registro Preço

15.1 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

15.2 Da Formação do Cadastro Reserva

15.2.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados a encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, manifestação de interesse em compor o cadastro reserva, mediante envio de e-mail para: pregaopma@hotmail.com, nos termos do Decreto nº 19.359/2022.

- 15.2.1.** Os três primeiros licitantes mais bem classificados que manifestarem interesse dentro do prazo comporão o cadastro reserva.
- 15.2.2.** Poderão compor o cadastro reserva os licitantes que aceitarem fornecer os bens ou serviços pelos mesmos valores do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359 /2022.
- 15.2.3.** No e-mail de manifestação de interesse, os licitantes deverão informar, de forma detalhada, os itens que desejam incluir no cadastro reserva, contendo obrigatoriamente: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo (conforme proposta apresentada inicialmente), valor unitário igual ao do licitante vencedor e valor total correspondente.
- 15.3.** Ao término dos procedimentos licitatórios, os licitantes classificados no cadastro reserva serão convocados nos mesmos termos previstos para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a fim de firmar a Ata de Cadastro de Reserva, conforme modelo anexo ao edital.
- 15.4.** Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

16. Apêndices

- I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (ID 3606974)
- II - Matriz de Gerenciamento de Riscos (3606988)
- III - Quadro de Distribuição (ID 3607455)
- IV - Minuta de Contrato (ID 3713523)
- V - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3607753)
- VI - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3607931)

17. Informações Gerais

- 16.1** Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2022 com Raiany Carvalho Silva ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.
- 16.2** O presente Termo de Referência foi elaborado por Guilherme Aléssio Silva Cassol, Membro da Diretoria de Compras, revisado por Laura Bezerra da Silva, cargo de Coordenadora de Artefatos Digitais e aprovado pelos secretários municipais conforme listados abaixo.

Ariquemes/RO, 12 de janeiro de 2026.

<div>Elaborado por:</div> <div>Guilherme Aléssio Silva Cassol</div> <div>Membro da Diretoria de Compras</div>	<div>Revisado por:</div> <div>Laura Bezerra da Silva</div> <div>Coordenadora de Artefatos Digitais</div>
---	--

Na forma do que dispõe o artigo 8º parágrafo 3º e artigo 12 parágrafo 2º e 4º do Decreto Municipal n.º 19.228/22, aprovamos o presente Termo de Referência.

--	--

Antônio Marcos de Moura Secretário Municipal de Agricultura Indústria e Comércio	Marcos Paiva Freitas Secretário Municipal de Saúde
Natanael Emerson Pereira de Lima Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Elizete Gonçalves de Lima Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Vilmar Ferreira Secretário Municipal de Meio Ambiente	Micheline Barcelos Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Marcos Venicio Araujo Raposo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos	Rodrigo Perez Pedrotti Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ELABORADOR DO TERMO DE REFERÊNCIA

GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

MEMBRO DA DIRETORIA DE COMPRAS



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 13:49:12.

ANTONIO MARCOS DE MOURA

SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E PLANEJAMENTO

VILMAR FERREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MICHELINE BARCELOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RODRIGO PEREZ PEDROTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA

SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO

SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

MARCOS PAIVA FREITAS

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ELIZETE GONCALVES DE LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Despacho: REVISADORA DO TERMO DE REFERÊNCIA

LAURA BEZERRA DA SILVA
COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	392/2025 RETIFICADO	12/01/2026

ID: 3713598	Processo	Documento
CRC: 1907D245		
Processo: 8-15642/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 12/01/2026 12:49:42	Finalização: 13/01/2026 09:50:27	

MD5: 2E6FE9F9D050D37C65E408D993A5F946
SHA256: 732AE1938209EAD5A5E76854F709ED1A51607D188EFDC24C3533E96A1B8D3296

Súmula/Objeto:

Termo de Referência 392/2025 RETIFICADO

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	12/01/2026 12:49:42
--	-----------	----	---------------------






ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	12/01/2026 12:49:42
--------------------------	---------------------

CIENTES

ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO#	13/01/2026 09:51:39
MAGDA OLIVEIRA MATOS#	13/01/2026 10:14:52
ELIANE MARIA CORDEIRO#	13/01/2026 11:29:16

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	13/01/2026 09:50:36
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADOR DE ARTEFATOS DIGITAIS	13/01/2026 10:04:31
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 VILMAR FERREIRA	SECRETARIO MUN. DE MEIO AMBIENTE	13/01/2026 10:16:33
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	13/01/2026 10:28:53
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 ANTONIO MARCOS DE MOURA#	Secretário Mun. de Agricultura Ind. e Comércio	13/01/2026 10:38:24
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 MICHELINE BARCELOS	SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)	13/01/2026 10:49:57
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	13/01/2026 10:59:34
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 MARCOS PAIVA FREITAS#	SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)	13/01/2026 11:46:45
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO



RODRIGO PEREZ PEDROTI#

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

13/01/2026 12:32:03

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO

SECRETÁRIO DE OBRAS

13/01/2026 12:39:59

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3713598 e o CRC 1907D245.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 395/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 15642/2025

2. Descrição da necessidade**2.2 Contextualização da Necessidade**

A presente contratação visa atender à **demanda contínua das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO** por materiais de construção civil, necessários ao adequado funcionamento das rotinas administrativas, operacionais e assistenciais. Decorrendo da necessidade contínua das secretarias municipais de Ariquemes de realizar manutenções prediais, adequações estruturais e pequenos reparos nas diversas instalações públicas. Essas atividades são fundamentais para assegurar a integridade, o funcionamento e a segurança dos prédios que compõem a estrutura administrativa e operacional do Município.

As atividades mais diretamente impactadas são aquelas voltadas à manutenção de escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, sedes de programas sociais, instalações comunitárias, estruturas de trânsito, ambientes esportivos e demais equipamentos públicos. Além disso, há metas institucionais relacionadas à conservação do patrimônio público, melhoria da infraestrutura e garantia de condições adequadas aos usuários dos serviços públicos, o que reforça a necessidade da contratação.

2.3 Relevância e Justificativa

A contratação é indispensável para a continuidade dos serviços públicos essenciais. A falta desses materiais poderia resultar em prejuízos significativos, incluindo a paralisação de atividades, agravamento de danos estruturais, insegurança para servidores e usuários e aumento de custos futuros decorrentes da ausência de manutenção preventiva.

Do ponto de vista normativo, o Município possui obrigação legal de manter suas instalações em condições adequadas de uso, garantindo segurança, acessibilidade e integridade. Assim, a aquisição desses insumos é fundamental para cumprir tais exigências e assegurar a prestação regular dos serviços oferecidos à população.

2.4 Público-Alvo e Benefícios

A contratação beneficia diretamente servidores públicos municipais, que passam a trabalhar em ambientes mais seguros, organizados e adequados às atividades desempenhadas.

Também beneficia os cidadãos e usuários dos serviços públicos, que utilizam escolas, unidades de saúde, centros de atendimento e espaços institucionais que dependem de manutenção constante para oferecer urbanidade, conforto e higiene.

Entidades e beneficiários de programas sociais, como o Banco de Alimentos e projetos de ressocialização, igualmente são favorecidos, pois parte dos materiais serve para adequar espaços e apoiar atividades desenvolvidas no âmbito dessas iniciativas.

Entre os benefícios observados destacam-se a melhoria da infraestrutura pública, aumento da eficiência das equipes responsáveis por reparos e manutenções, resposta mais ágil a demandas emergenciais e maior qualidade nos serviços prestados à população.

2.5 Alinhamento Institucional

A contratação está alinhada ao planejamento estratégico municipal, especialmente às diretrizes relacionadas à manutenção e modernização da infraestrutura pública, eficiência administrativa, proteção do patrimônio municipal e



melhoria contínua da prestação de serviços.

Contribui também para o cumprimento de metas de desempenho vinculadas à agilidade operacional, redução de passivos estruturais e atendimento adequado aos usuários dos serviços públicos, fortalecendo a capacidade técnica e operativa das secretarias.

2.6 Caracterização da Demanda

A demanda tem caráter **contínuo**, considerando que as atividades de manutenção, reparos, adequações e intervenções estruturais ocorrem durante todo o ano e são essenciais para garantir o funcionamento adequado das instalações municipais.

Os materiais demandados possuem especificações técnicas próprias relacionadas à resistência, durabilidade e aplicabilidade em diferentes tipos de estruturas.

O levantamento da necessidade foi realizado com a participação direta das secretarias municipais que utilizam esses materiais de forma recorrente. As unidades participantes são:

SEMAIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Comércio;

SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

SEMDDES – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

SEMUST – Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

SEMTEC – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

SEMOSP – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

SEMSAU – Secretaria Municipal de Saúde;

SEMPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.7 Análise de Cenários

Foram analisadas alternativas como remanejamento de materiais entre as secretarias, utilização de estoques remanescentes e reaproveitamento de itens de contratações anteriores. Entretanto, tais alternativas foram descartadas devido à insuficiência de materiais, incompatibilidade dos itens ou inexistência de estoque capaz de atender às demandas contínuas.

Há histórico de contratações semelhantes via Sistema de Registro de Preços, cujos resultados demonstraram maior eficiência, economicidade e flexibilidade no atendimento das necessidades variáveis das secretarias, eliminando a necessidade de diversos processos licitatórios ao longo do ano e permitindo fornecimento conforme demanda efetiva.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEMAIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Comércio	ANTÔNIO MARCOS DE MOURA
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	VILMAR FERREIRA
SEMDDES – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	MICHELINE BARCELOS
SEMUST – Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito	RODRIGO PEREZ PEDROTTI
SEMTEC – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SEMOSP – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO
SEMSAU – Secretaria Municipal de Saúde	MARCOS PAIVA FREITAS
SEMPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	ELIZETE GONÇALVES DE LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A definição dos requisitos da contratação visa assegurar que os materiais adquiridos atendam plenamente às necessidades operacionais das secretarias municipais participantes, garantindo padronização, qualidade, durabilidade e conformidade técnica dos insumos utilizados nas atividades de manutenção predial, reformas, pequenos reparos e adequações estruturais. Os requisitos a seguir foram estabelecidos com base nas demandas apresentadas, nas práticas de mercado, nas normas aplicáveis e no contexto operacional da Administração Municipal.



4.1. Requisitos Funcionais

Os requisitos funcionais dizem respeito à **finalidade** e ao **desempenho mínimo** que os materiais devem apresentar para atender às necessidades operacionais da Administração. Para este processo, estabelecem-se:

- Os materiais devem ser adequados para atividades de manutenção predial, reparos emergenciais, reformas estruturais, adequações em espaços públicos, instalações provisórias e demais intervenções realizadas pelas secretarias.
- **Cada item deve desempenhar sua função de maneira segura**, eficiente e compatível com a aplicação prevista — por exemplo:
 - elementos de fixação (parafusos, pregos e similares) devem garantir firmeza e resistência;
 - madeiras e vigas devem suportar esforços estruturais leves a moderados;
 - materiais hidráulicos devem garantir estanqueidade e compatibilidade dimensional;
- Os materiais devem ser fornecidos de forma a permitir uso imediato pelas equipes de manutenção, sem necessidade de adaptações, beneficiamentos adicionais ou adequações não previstas.
- As quantidades e unidades de fornecimento devem respeitar os padrões de mercado para facilitar o controle interno, o armazenamento e a execução das atividades.

4.2. Requisitos Não Funcionais

Os requisitos não funcionais abrangem aspectos complementares relacionados à qualidade, durabilidade, logística, apresentação e confiabilidade no fornecimento. Entre eles:

- Os produtos devem apresentar **qualidade mínima**, comprovada por padrões de fabricação reconhecidos e ausência de defeitos como deformações, oxidação, rachaduras, trincas ou falhas estruturais.
- Sempre que aplicável, os itens devem possuir **tratamentos anticorrosivos**, resistência mecânica compatível, propriedades químicas adequadas e acabamento que garanta sua utilização em ambientes internos ou externos.
- O fornecedor deve assegurar **capacidade logística** para entregas fracionadas durante a vigência da Ata, em prazos compatíveis com as necessidades das secretarias.
- Os materiais devem ser entregues **embalados de forma apropriada**, preservando integridade física e evitando danos durante o transporte ou armazenamento.
- A fornecedora deve garantir **padronização** entre lotes, evitando variações que comprometam o desempenho ou a compatibilidade dos itens.
- Sempre que cabível, itens de madeira devem ser provenientes de origem legal, com documentação que comprove regularidade ambiental.
- O fornecedor deve assegurar rastreabilidade das entregas, com notas fiscais completas, descrições claras dos itens, lote, quantidade e demais informações necessárias ao controle administrativo.

4.3. Padrões de Mercado

Os materiais constantes no catálogo devem observar padrões amplamente aceitos no mercado de construção civil, assegurando disponibilidade, compatibilidade técnica e facilidade de reposição. Entre os padrões aplicáveis:

- Medidas, bitolas, espessuras e dimensões devem seguir os modelos comercialmente difundidos.
- Materiais metálicos devem estar disponíveis nos tipos comumente comercializados (ex.: aço carbono, aço zincado, aço inoxidável, dependendo da natureza do item).



- Materiais hidráulicos devem seguir padrões de roscas, tensões, diâmetros e conexões que facilitem substituição e integração com instalações existentes.
- Itens de madeira devem respeitar padrões dimensionais e espécies comercializadas regionalmente.

4.4. Requisitos Normativos e Regulamentares

A contratação deve observar dispositivos legais, normativos e técnicos aplicáveis, garantindo segurança jurídica, conformidade e adequação técnica dos materiais. A contratação deve seguir:

- **Lei nº 14.133/2021**, especialmente o art. 18 sobre o planejamento da contratação e o art. 82 sobre o Sistema de Registro de Preços.
- **IN SEGES nº 58/2022**, quanto à estrutura obrigatória dos Estudos Técnicos Preliminares.
- Normas técnicas **ABNT** aplicáveis aos materiais de construção civil, como:
 - NBRs referentes a elementos de fixação (parafusos, pregos, arruelas);
 - NBRs aplicáveis à madeira serrada e beneficiada para fins estruturais;
 - NBRs ligadas a argamassas, tintas, impermeabilizantes, produtos cerâmicos, tubulações, conexões, entre outros;
 - NBRs de instalações elétricas e hidráulicas, quando pertinente ao material do catálogo.
- Exigência de documentação ambiental (quando aplicável) para materiais de origem vegetal, como **DOF/IBAMA**.
- Observância às normas de segurança do trabalho, transporte e armazenamento de materiais de construção.
- Respeito às exigências de sustentabilidade determinadas em normativos municipais ou federais.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi conduzido com o objetivo de identificar fornecedores aptos a atender ao catálogo de materiais de construção civil demandados pelas diversas secretarias municipais, bem como compreender a estrutura de preços, condições de fornecimento e práticas usuais do setor. A pesquisa buscou assegurar que a futura contratação se mantenha aderente às condições reais de mercado, permitindo a composição de preços adequados, a ampla competitividade e a eficiência na seleção de fornecedores.

5.1 Metodologia Utilizada

O levantamento foi realizado com base em diferentes fontes de informação, incluindo:

- **Consultas diretas a fornecedores locais, regionais e nacionais**, especializados na comercialização de materiais de construção civil variados.
- **Pesquisa de preços por meio de catálogos eletrônicos, sites institucionais e plataformas de fornecedores**, objetivando identificar padrões de especificações e valores médios praticados.
- **Análise de atas de registro de preços vigentes em outros municípios e entes federativos**, quando compatíveis com o objeto desta contratação.
- **Estudo de notas de empenho e contratações anteriores do Município de Ariquemes**, com o objetivo de verificar histórico de preços, variações, sazonalidade e eventuais dificuldades de abastecimento.
- **Verificação de portais oficiais**, como Painel de Preços, Banco de Preços, compras.gov.br e sistemas equivalentes.



Essa metodologia permitiu uma visão ampla e atualizada do mercado, considerando as múltiplas categorias de materiais que compõem o catálogo, desde itens simples (parafusos, pregos, buchas), materiais estruturais (vigas de madeira, ripas, caibros), itens de alvenaria, materiais hidráulicos, ferragens, ferramentas e insumos diversos.

5.2 Características do Mercado Fornecedor

A pesquisa identificou que o **mercado de materiais de construção civil é amplamente competitivo**, abrangendo:

- **Comércios locais de médio e grande porte**, com capacidade de entrega imediata e disponibilidade constante de itens de alto giro.
- **Distribuidores regionais**, aptos a fornecer materiais estruturais e itens de maior volume, como vigas de madeira e ferragens metálicas.
- **Lojas especializadas em produtos específicos**, tais como parafusos, conectores metálicos e hidráulicos.
- **Fornecedores de grande porte situados em capitais ou polos regionais**, especialmente para itens que não possuem disponibilidade local ou apresentam variações de mercado (ex.: certos tipos de madeiras, materiais certificados ou padronizados por norma técnica).

Verificou-se também que determinados insumos podem apresentar **oscilação de preços**, influenciados por fatores como sazonalidade, demanda regional, custos logísticos e variação nos insumos de produção (aço, madeira etc.). Por esse motivo, o sistema de registro de preços é o método mais adequado para garantir economicidade ao Município.

5.3 Disponibilidade e Padrões Praticados

A pesquisa aponta que:

- Os itens usuais de construção civil possuem **ampla disponibilidade**, com variações principalmente em termos de marcas, certificações e origem.
- Produtos como parafusos, porcas, arruelas e pregos possuem **padronizações universais**, normalmente regidas por normas ABNT e especificações de mercado (ex.: tamanhos, diâmetros, galvanização, resistência).
- Vigas e madeiras apresentaram maior variação de preços e disponibilidade, sobretudo em função da espécie, do tratamento da madeira e da proximidade com centros fornecedores.
- Alguns itens podem possuir **alternativas similares ou equivalentes**, o que reforça a importância de especificações técnicas claras e abertas, que garantam competitividade.
- Foi constatado que o mercado realiza **entregas fracionadas**, compatíveis com a dinâmica de um registro de preços, permitindo abastecimento contínuo conforme a demanda das secretarias.

5.4. Quantitativos e Aderência às Especificações

Os quantitativos constantes foram validados com base em:

- Previsão de consumo anual informada pelas secretarias participantes (SEMAIC, SEMA, SEMDES, SEMUST, SEMTEC, SEMOSP, SEMSAU e SEMPOG).
- Histórico de utilização em manutenções prediais, serviços diversos, obras públicas, pequenas reformas e ações emergenciais.
- Análise de coerência com o consumo registrado em contratações anteriores, evitando superestimativas ou subestimativas.

5.5. Riscos Identificados no Mercado

A pesquisa permitiu identificar riscos potenciais, tais como:



- Variação sazonal de preço, especialmente para itens metálicos e madeira.
- Possível indisponibilidade de itens específicos ou de baixa rotatividade.
- Diferença significativa de preço entre fornecedores locais e regionais para itens volumosos ou pesados, devido ao custo logístico.
- Oscilações gerais de mercado em decorrência de fatores macroeconômicos (ex.: preço do aço, combustíveis, transporte).

5.6. Conclusão do Levantamento

Com base nas informações levantadas, conclui-se que:

- Existe mercado fornecedor suficientemente amplo e competitivo para atender ao objeto.
- O modelo de **Registro de Preços** é o mais adequado, considerando a diversidade de itens, a necessidade contínua e a variação de demanda entre as secretarias.
- As informações obtidas possibilitam a composição de preços de referência e a definição de condições que assegurem competitividade, eficiência e economicidade ao Município de Ariquemes.

6. Descrição da solução como um todo

Com base no levantamento de mercado realizado, na análise das alternativas disponíveis e nas necessidades informadas pelas secretarias municipais participantes, foi possível identificar diferentes soluções para o atendimento da demanda. A seguir é apresentada a análise comparativa e a justificativa para a escolha da solução por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)** com julgamento **por item** e adjudicação **por item**, considerando aspectos de disponibilidade, adequação técnica, eficiência, economicidade e aderência às normas vigentes.

6.1. Comparativo das Possíveis Soluções Identificadas no Mercado

Durante o levantamento de mercado, foram consideradas três alternativas principais:

a) Aquisição direta por contratação imediata (compra pontual)

- Atende a demandas imediatas, mas não é eficiente para itens contínuos.
- Sujeita a flutuação de preços, gerando risco de sobrecusto.
- Dificulta o planejamento das secretarias que utilizam materiais de forma frequente e contínua.

b) Contratação por lote único englobando todos os itens

- Reduz competitividade, pois concentra a contratação em poucos fornecedores de grande porte.
- Pode gerar sobrepreço pela inclusão de itens heterogêneos.
- Inviabiliza a participação de empresas locais especializadas em categorias específicas (ex.: ferragens, madeira, elétrico, hidráulico).

c) Registro de Preços por item, com adjudicação por item (Solução escolhida)

- Permite ampla concorrência, incluindo fornecedores locais e regionais.
- Garante fornecimento contínuo conforme demanda real das secretarias.
- Evita aquisição excessiva ou insuficiente de materiais.
- Se adequa à rotatividade e à variedade do catálogo, composto por itens diversos de construção civil.



Após o comparativo, a solução por **Registro de Preços por item**, com adjudicação independente para cada item, demonstrou-se a alternativa mais eficiente, econômica e alinhada às práticas do mercado.

6.2. Disponibilidade da Solução no Mercado

A pesquisa evidenciou que:

- **O mercado possui ampla oferta** de materiais de construção civil, com diversos fabricantes, distribuidores e comércios locais.
- A variedade de fornecedores é significativa e abrange desde itens simples (parafusos, pregos, buchas) até itens estruturais (vigas de madeira, materiais para cobertura, ferragens).
- Há oferta consolidada de materiais com **certificações técnicas**, especialmente para produtos regulamentados pela **ABNT**, como madeiras tratadas, ferragens galvanizadas, elementos metálicos, fixadores e componentes construtivos.
- A padronização dos itens facilita a competição e a comparação de preços.

A ampla oferta garante que o Registro de Preços será competitivo e permitirá ao Município selecionar fornecedores qualificados para cada item.

6.3. Padrões, Normas e Certificações Aplicáveis

No mercado, observou-se que muitos itens são respaldados por normas técnicas, aumentando a confiabilidade da solução adotada:

- **ABNT NBR 7190** – Estruturas de madeira.
- **ABNT NBR 5580 / 5581** – Parafusos, porcas e arruelas.
- **ABNT NBR 6323** – Proteção por galvanização.
- **ABNT NBR 6120 / 6123 / 15575** – Requisitos de desempenho e cargas para elementos construtivos.
- **Certificação FSC** para madeiras de origem sustentável (quando aplicável).
- Boas práticas de mercado quanto a embalagens, acondicionamento, origem e garantia dos produtos.

A aderência do catálogo às padronizações técnicas reduz riscos e assegura maior qualidade e durabilidade das soluções adquiridas.

6.4. Necessidade de Customização ou Adaptação da Solução

Após avaliação das secretarias, concluiu-se que:

- **Não há necessidade de customização complexa**, pois os materiais demandados seguem padrões amplamente disponíveis.
- A especificação técnica poderá ser ajustada para garantir padronização mínima (dimensões, resistência, tratamento, galvanização etc.), sem restringir a competitividade.
- A solução deve permitir a aquisição conforme demanda, sem exigência de projetos específicos ou adequações especiais.

Portanto, a solução é plenamente compatível com o mercado e não exige adaptações incomuns.



6.5. Tipo de Objeto da Contratação

O objeto caracteriza-se como:

- **Bem comum**, conforme art. 6º, inciso XXI, da Lei 14.133/2021.
- Possui especificações objetivas e padronizadas.
- É amplamente encontrado no mercado com condições uniformes de fornecimento.

Por se tratar de bens padronizados e de uso contínuo pelas secretarias, o SRP é o modelo mais eficiente.

6.6. Critério de Julgamento e Tipo de Adjudicação

A contratação será estruturada da seguinte forma:

- **Critério de Julgamento: Menor preço por item**
Justifica-se pela alta heterogeneidade do catálogo, garantindo o melhor preço individual para cada tipo de material.
- **Adjudicação por item**
Essa escolha amplia a competitividade, permitindo que pequenas empresas possam fornecer itens específicos sem a necessidade de abarcar todo os itens.

6.7. Requisitos de Qualidade

Os materiais a serem adquiridos deverão:

- Atender às **normas técnicas aplicáveis**, principalmente ABNT.
- Possuir resistência e qualidade compatíveis com o uso previsto nas obras e manutenções.
- Ser fornecidos em estado novo, intacto e dentro do prazo de validade (quando aplicável).
- Ser entregues com nota fiscal e, quando exigido, com laudos ou certificações.

Esses requisitos asseguram durabilidade e adequação técnica.

6.8. Continuidade da Contratação

A natureza contínua do consumo de materiais de construção civil pelas secretarias municipais demonstra:

- Demanda recorrente e permanente para manutenção de bens públicos.
- Necessidade de reposição imediata de materiais em situações emergenciais.
- Importância de um instrumento que garanta fornecimento constante sem atrasos administrativos.

O Registro de Preços atende integralmente à necessidade de continuidade, pois permite múltiplas contratações ao longo da vigência da ata.

6.9. Justificativa para a Escolha da Solução

A escolha pelo **Registro de Preços por item** fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Ampla oferta no mercado**, permitindo elevada concorrência.



- **Eficiência operacional**, pois evita múltiplas licitações ao longo do ano.
- **Economia de escala**, pois possibilita preços mais competitivos.
- **Atendimento contínuo às secretarias**, que possuem consumo permanente.
- **Flexibilidade**, permitindo adquirir somente o necessário.
- **Aderência aos padrões técnicos**, garantindo materiais adequados e duráveis.
- **Participação de fornecedores de diferentes portes**, promovendo inclusão e competitividade.

Assim, a solução selecionada representa a alternativa mais vantajosa para o interesse público, atendendo plenamente ao art. 18 da Lei 14.133/2021 e à IN SEGES nº 58/2022.

6.10 DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência. A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência; previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório; justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público. A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.11 JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir garantia contratual como condição para celebração do contrato, desde que a medida seja devidamente justificada em razão da natureza, do vulto ou da complexidade do objeto.

Para a presente contratação, cujo objeto é o **Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02** — compreendendo parafusos, pregos, vigas de madeira e demais materiais de construção civil — **não se identifica necessidade de exigir garantia contratual**, pelas razões a seguir expostas:

6.11.1 Natureza do Objeto

O objeto consiste na aquisição de **bens comuns**, amplamente padronizados pelo mercado, com especificações técnicas objetivas e disponíveis em vasta oferta comercial. Tais materiais não demandam complexidade técnica, engenharia especializada, instalação, customização ou desenvolvimento próprio. Dessa forma, a natureza do objeto não justifica a imposição de garantia contratual.

6.11.2 Garantias Legais e Garantias de Fábrica

Grande parte dos materiais de construção civil possui **garantia de fábrica**, assegurada pelo fornecedor ou fabricante conforme o Código de Defesa do Consumidor e boas práticas comerciais.

Parafusos, pregos, ferragens e elementos metálicos seguem normas da **ABNT**, e vigas de madeira e demais itens



estruturais são comercializados com garantia mínima quanto a defeitos de fabricação, tratamento e resistência, conforme normas técnicas aplicáveis (ex.: NBR 7190 – Estruturas de Madeira).

Assim, a proteção da Administração contra vícios de qualidade já se encontra amparada pela **garantia legal e garantia de fabricação**, não havendo necessidade de garantia contratual adicional.

6.11.2 Baixo Risco de Inexecução Contratual

O fornecimento ocorrerá **de forma parcelada**, conforme demanda das secretarias municipais durante a vigência da ata de registro de preços (12 meses).

Esse modelo reduz significativamente o risco de inadimplemento, pois:

- O pagamento somente ocorre após cada entrega efetiva e atestada;
- Em caso de descumprimento, a Administração pode convocar o segundo colocado, em conformidade com o art. 90 da Lei 14.133/2021;
- Os itens possuem substituição simples e rápida no mercado.

Diante disso, o risco de inexecução é considerado **mínimo e mitigado pelo próprio modelo do SRP**.

6.11.3 Custo Administrativo e Econômico da Garantia Contratual

A exigência de garantia contratual implicaria custos adicionais ao fornecedor (seguro-garantia, fiança bancária ou caução), que inevitavelmente seriam repassados ao preço final.

Tal medida poderia:

- Elevar os preços ofertados;
- Reduzir a competitividade;
- Desestimular a participação de micro e pequenas empresas locais, que representam parcela significativa dos fornecedores desse segmento.

Portanto, exigir garantia contratual resultaria em **ônus desproporcional**, sem trazer benefício efetivo à Administração.

6.11.4 Prática Administrativa e Precedentes

A exigência de garantia contratual é prática usual em:

- Obras de engenharia;
- Serviços contínuos de grande vulto;
- Fornecimentos complexos ou de alto risco operacional.

No entanto, em aquisições de **materiais de construção civil, bens de consumo e insumos padronizados**, a prática consolidada na Administração Pública — incluindo licitações anteriores da Prefeitura de Ariquemes — é **não exigir garantia contratual**, dada a simplicidade e ampla disponibilidade dos itens.

6.11.5 Conclusão



Diante do exposto, conclui-se que **não há justificativa técnica, econômica ou jurídica** para a exigência de garantia contratual nesta contratação.

A não exigência:

- **Preserva a competitividade,**
- **Evita acréscimo de custos,**
- **Aproveita a garantia legal e de fábrica já existente,**
- **É proporcional à natureza e ao risco do objeto,**
- **Atende ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa,** previsto no art. 11 da Lei 14.133/2021.

Assim, a decisão de **não exigir garantia contratual** é adequada, razoável e plenamente alinhada às normas e boas práticas da Administração Pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para chegar ao cálculo estimado das quantidades apresentadas no quadro, a Diretoria de Compras da Prefeitura enviou memorando circular às secretarias municipais solicitando as mesmas que estimassem os quantitativos necessários para cada item conforme sua demanda, devidamente justificados através da Metodologia de Cálculo de cada secretaria conforme o quadro abaixo:

SECRETARIAS	METODOLOGIA DE CALCULO
SEMAIC	A presente estimativa visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (SEMAIC) e do Banco de Alimentos para aquisição de materiais de construção civil destinados à manutenção e adequação das unidades administrativas, galpões de apoio e espaços de armazenamento. O levantamento considerou o histórico de consumo dos últimos meses, necessidade de reposição contínua de materiais essenciais. Para otimizar o planejamento, os quantitativos foram distribuídos mensalmente ao longo de 12 meses. Por exemplo, se forem previstas 10 torneiras ao ano, a média mensal será de aproximadamente 1 torneira/mês ($10 \div 12$). Esse mesmo critério será aplicado aos demais materiais, garantindo reposição constante sem sobrecarga no estoque. No entanto não será usado especificamente 1 ao mês, e sim conforme a necessidade. A aquisição por registro de preços possibilita o atendimento gradual das demandas, promovendo economia, eficiência e agilidade na reposição dos insumos. Essa metodologia garante que as atividades administrativas, técnicas e operacionais da Secretaria continuem sem interrupções, preservando a infraestrutura física necessária para atender produtores rurais e apoiar as ações do Banco de Alimentos. A utilização dessa contratação será conforme o Quadro de Distribuição 51 de 01/10/2025 (ID 3510044) e Memória de Cálculo 01 de 01/10/2025 (ID 3509941).
SEMA	Os itens 7 e 8 estão sendo estimados em quantidades equivalentes às consumidas na Ata de Registro de Preços 106 de 19/08/2024 (ID 2601694), uma vez que estas atenderam adequadamente às necessidades da Secretaria e serão destinados ao mesmo uso, para a reforma rotineira da trilha do parque botânico que utiliza aproximadamente 70 pacotes e os demais serão destinados para a produção e reforma de parquinhos de madeira. O item 1 está sendo estimado para eventuais manutenções dos sanitários desta Secretaria e banheiros públicos do Parque Botânico Municipal. O item 3 está sendo estimado em quantidades superior ao consumido na Ata de Registro de Preços 148 de 10/12/2024 (ID 2848474) por ser necessário para a manutenção das pontes da



trilha. O item 11 está sendo estimado em quantidades maiores às consumidas no histórico para garantir eventuais trocas. Os demais itens não possuem histórico de consumo e estão sendo estimados conforme a discriminação abaixo:

Diversos itens, como tábuas de madeira, pregos, presilhas e registros hidráulicos, são destinados à substituição de componentes danificados em portas, mobiliário, estruturas de forro e instalações hidráulicas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	METODOLOGIA TOTAL
1	Adesivo Plástico P/ Tubo e Conexões PVC Rígido Adesivo Conexão Hidráulica Aplicação: Tubos e conexões de PVC Apresentação: Frasco	10	2 frasco para 20 conexões 8 frasco para uso nas tubulações dos 3 prédios
2	Caixa D'Água Material: Fibra de Vidro Capacidade: 2.000 L Características Adicionais: Com Tampa	2	1 caixa para o conselho tutelar 1 1 caixa para
3	CARRIOLA Carro de mão com caçamba metálica e capacidade de 65 litros, cor cinza ou preta dimensões: 1455x622x545mm, peso 15 kg pneu com câmara de ar 3,5.	3	1 carriola pra cada servente 2 servente 1 de reserva
4	Cumeeira tipo universal para telha ondulada Material fibrocimento E = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto)	100	4 blocos com média de 30 und, para substituir quebradas e que a ventania tirou.
5	Fechadura de Porta de Vidro Material Lingueta: Aço Inoxidável Material Testa: Aço Inoxidável	3	1 para o CREAS e 1 para o CONSELHO TUTELAR 2

SEMDDES

	Material Tambor Segredo: Aço Inoxidável Componentes: duas chaves metálicas e espelho Características Adicionais: 180° de Rotação Tambor aproximadamente de 22mm tipo bico de papagaio/Auxiliar Aplicação: Porta de correr/vidro		
6	Mangueira Hidráulica Material: Pvc Características Adicionais: Lisa e Transparente Espessura Parede: 3,50 MM Bitola: 1 1/2 POL	100	para uso no estacionamento que tem 80 mts da torneira.
7	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÂMINAS DE MADEIRA ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES COMPRIMENTO: 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 M	20	20 peças 20 mesas da oficina , trocar os tampões
8	Porta de Madeira Espécie da madeira: Angelim Tipo: Maciça Largura: 80 CM Altura: 2,10 M Características Adicionais: Com Guarnição/Jogo De Portal Com Fechadura Completa. (obs: a fechadura já deve vir instalada na porta)	5	1 porta para o bloco 4 1 para o banheiro do bloco 4
9	PREGO COM CABEÇA 18 X 27 Tipo Cabeça: Liso Tipo Ponta: Comum Bitola: 18 X 27 Pacote: 1 Quilograma	15	1pct para cada 20 taboas 5 pacotes reserva
10	PREGO COM CABEÇA TIPO: CONICA AXANDREZADA CORPO: LISO TIPO DE PONTA: DIAMANTE BITOLA: 19X36 PACOTE COM 1KG.	10	
11	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 20 mm Aplicação: Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	2	2 registros para 2 caixas
12	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 25 Mm Aplicação: Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	2	
13	Sifão flexível simples universal, de plástico, 1,5 metros.	10	2 para o tanque de fora da lavanderia 2 banheiro feminino novo do bloco 2 2 banheiro masculino novo do bloco 2 1 para banheiro bloco 4 1 para pia cozinha 2 reserva
14	Tábua Madeira não aparelhada Espécie: Cedrinho ou equivalente da região, segunda qualidade Comprimento: 3 M Largura: 30 CM Espessura: 2,50 CM	50	25 colunasx2tábuas= 50 tábuas para os 60 metros de muro do prédio da ceplac

15	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: Filtro e Bebedouros de Água Rosca De Entrada: 1/2 POL, Alavanca Gota 1/4 de Volta Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Compatível com todas as carcaças com rosca de 1/2	5	2 para banheiro masculino 1 para cozinha e 2 para banheiro feminino do bloco 2
16	Torneira plástica 1/2, de bancada, para lavatório.	10	2 para banheiro masculino 1 para cozinha e 2 para banheiro feminino do bloco 1 para estacionamento e 4 reservas = 10
17	Trinco Material: Aço Zincado Tipo: Ferrolho Chato Dimensão: 4 POL Aplicação: Portas e janelas em geral	10	para usar nas 5 portas de banheiros e grades = 2 cada portão da frente do prédio da semdes
18	Tubo Galvanizado 4 pol X 6 Mt - 3,75 mm - Tubo de Aço Galvanizado Barra com 6 metros Espessura da Parede: 3,75mm. Norma: NBR5580	5	2 barras lado direito do auditório + 2 lado esquerdo 1 barra na frente = 5
19	Vaso sanitário Com caixa acoplada 3,6 litros Material: louça Cor: branca	3	1 para Creas 2 para banheiro masculino bloco 2
20	Adesivo Veda-Calha Aspecto Físico: Pastoso Aplicação: Calhas, Telhas, Rufos, Pingadeira Validade: 12 Meses	30	para os reparos dos 4 blocos

SEMUST

Como não existe histórico de compras para alguns desses materiais o quantitativo foi estimado pelo servidor responsável pela manutenção predial, considerando os departamentos existentes na SEMUST. A exemplo os chuveiros (item 23) são um para o vestiário feminino e outro para o masculino, as torneiras plásticas (item 69) são para os oito banheiros existentes e duas copas, já as torneiras metálicas (item 70) são para bebedouro de porte industrial que possui 5 torneiras e quebram com certa frequência em razão do manuseio. Em razão do prédio ser muito antigo e ter emendas no telhado e possuir uma calha bem extensa que unifica os dois pavilhões esporadicamente aparecem vazamentos sendo necessário a aquisição de adesivos veda calha (item 2), foram considerados um por trimestre e para reserva. O registro de vedação foi considerado um para cada substituição de torneira nos 8 banheiros existentes. Como já mencionado anteriormente o prédio possui muitos banheiros, por este motivo foi estimado os engates flexíveis (itens 27 e 28) considerando possíveis substituição dos mesmos e a instalação das novas unidades de vasos sanitários (item 73), que neste registro de preços estão sendo estimado 3 unidades, pois existe a necessidade de substituição nos banheiros dos dois vestiários e o da central de operações da guarda onde também serão utilizados os anéis de vedação (item3). Quanto ao item 47 parafuso sextavado, foi considerado a mesma quantidade estimada na ata 001/SML/2024/14.133/2021, sendo 40 caixas, pois por se tratar de parafusos de fixação de placas de sinalização fica difícil precisar a quantidade exata de consumo.

Para atender às demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Ariquemes/RO, bem como prestar apoio a outras secretarias quando necessário, foi planejada a aquisição de materiais de manutenção e reparos, considerando o uso em eventos, manutenção diária dos prédios, campos de futebol, ginásio, Centro Cultural, Estádio Valerião, Ginásio Mané Garrincha e Museu. O planejamento inclui materiais essenciais para pequenas manutenções, reparos estruturais, hidráulicos e apoio em eventos culturais e esportivos. O adesivo plástico será utilizado para reparos em superfícies plásticas e metálicas, garantindo fixação e vedação de cadeiras, mesas, tubulações e materiais utilizados em eventos, estimando-se o consumo médio de 2 unidades por mês ao longo de 12 meses, resultando em 24 unidades, arredondadas para 30 unidades para garantir estoque de segurança. O adesivo veda-calha será empregado em calhas e telhados, prevenindo infiltrações, considerando média

SEMTEC

de 2 unidades por mês nos meses de maior incidência de chuvas (6 meses), totalizando 12 unidades, multiplicadas por 2 para estoque adicional, arredondando para 30 unidades. Anéis de vedação serão usados em torneiras e vasos sanitários, estimando-se troca de 1 anel por mês em diferentes unidades, totalizando 10 unidades. As carriolas, distribuídas entre Estádio Valerião, Ginásio Mané Garrincha, Centro Cultural e Museu, garantirão transporte de materiais de construção, entulhos e equipamentos, com 1 unidade por local, totalizando 4 unidades. A chave Torx será utilizada para ajustes e reparos em móveis e equipamentos que utilizem parafusos Torx, sendo suficiente 1 unidade de uso compartilhado. A mangueira hidráulica, com 100 metros, atenderá às necessidades de condução de água em sistemas hidráulicos, considerando intervenções médias de 8 metros por manutenção \times 12 intervenções ao longo do ano. A placa de compensado será usada em reformas, montagem de palcos, divisórias e estruturas temporárias para eventos culturais e esportivos, estimando-se 2 placas por atividade \times 12 atividades + 6 unidades de estoque = 30 unidades. Parafusos diversos (ponta agulha, auto brocante, flangeado, auto-atarraxante, fixação de telha e rosca soberba) serão utilizados em fixações de telhas, estruturas metálicas, madeiras e equipamentos, calculando-se 1 a 2 unidades por pequeno reparo \times 2 reparos/mês \times 12 meses, resultando em 24 unidades, arredondadas para 5 unidades de cada tipo para estoque. Pregos com cabeça lisa e cônica axandrezada serão utilizados em reparos de madeira, calculando-se 1 prego por reparo \times 10 reparos = 10 unidades de cada tipo. Parafusos sextavados flangeados atenderão pequenos reparos estruturais em 5 locais diferentes, resultando em 5 unidades. Portas de madeira estão previstas para substituição anual em 5 prédios estratégicos, totalizando 5 unidades. Registros de esfera serão utilizados em sistemas hidráulicos, considerando 1 unidade por substituição \times 10 locais = 10 unidades. Régua comuns serão distribuídas entre as equipes de manutenção, 1 unidade por equipe principal, totalizando 5 unidades. Sifões flexíveis universais atenderão sanitários, considerando troca média de 1 unidade por sanitário \times 2 meses \times 10 locais = 20 unidades. Tábuas de madeira não aparelhada serão utilizadas em pequenos reparos e suporte de estruturas temporárias, estimando 1 unidade por intervenção \times 5 intervenções = 5 unidades. Torneiras plásticas foram estimadas para reposição em pias e lavatórios, considerando 1 unidade por local \times 10 locais = 10 unidades. Trincos para portas e portões foram calculados para 10 substituições ao longo do ano, totalizando 10 unidades. Vasos sanitários, considerando substituição em sanitários de uso coletivo, foram estimados em 5 unidades. A aquisição de mangueira hidráulica, parafusos, pregos e tábuas de madeira em metros ou pacotes garante flexibilidade no uso e atendimento às demandas emergenciais e planejadas. O quantitativo de cada item foi calculado com base em histórico de manutenção, consumo médio mensal, substituições emergenciais e planejamento de eventos, garantindo eficiência na execução dos serviços, conservação do patrimônio público e continuidade das atividades culturais, esportivas e administrativas da SEMTEC e demais secretarias atendidas, de forma a assegurar a manutenção preventiva, corretiva e estrutural de todos os espaços sob responsabilidade da Secretaria.

O levantamento dos quantitativos foi realizado com base na análise no histórico da Ata de Registro de Preços 133 de 10/12/2024 (ID 2848474) e nas necessidades atuais da Secretaria, considerando: O histórico de consumo registrado na ata anterior; O estoque disponível atualmente na SEMOSP; As demandas projetadas para os próximos 12 meses. A definição das quantidades seguiu os seguintes critérios: 1. Itens não consumidos anteriormente (2, 10, 11, 14, 21, 23 e 24): constaram na ata anterior, mas não foram utilizados em razão do estoque suficiente na época e também em razão da logística dificultada por fornecedores fora do município, o que inviabilizava a reposição rápida para pequenos pedidos. Foram incluídos novamente, agora em quantitativos

SEMOSP	ajustados à demanda real projetada para os próximos 12 meses. 2. Novos itens (1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27): As quantidades foram estimadas com base nas necessidades atuais levantadas pela Secretaria, considerando: A frequência média de manutenções e reparos nas estruturas e instalações; A constituição de kits básicos de trabalho das equipes operacionais, garantindo que cada equipe possua os materiais essenciais para execução das atividades; A garantia de estoque mínimo para atendimento de intervenções emergenciais; As especificidades do objeto do Registro de Preços, voltado à aquisição de materiais de construção civil, incluindo parafusos, pregos e vigas de madeira, essenciais para manutenção e execução de obras da Secretaria. Essa metodologia assegura a eficiência no uso dos recursos, evitando faltas de materiais críticos e garantindo pronta resposta às demandas das equipes.
SEMSAU	A metodologia de cálculo foi realizada conforme a necessidade de reparar, manter e adequar as manutenções de reforma, reparo, construção, ampliação de paredes, muros, calçadas e também para fazer reparos e ampliações hidráulicas na rede de água e esgoto das instituições de saúde pertencentes a SEMSAU, sendo que esses materiais estavam estimados na Ata de Registros de Preços 133/2024 para aquisição. A metodologia e a justificativa estão detalhadas na metodologia abaixo e na memória de cálculo anexa a esse documento. A definição das quantidades seguiu os seguintes critérios: 1. Novos itens (3, 4, 5, 11, 16, 18, 19, 25 e 26): não constavam na ata anterior (consumo = 0). As quantidades foram estimadas conforme as necessidades atuais da Secretaria. 2. Itens mantidos (1, 2, 8, 10, 15, 20, 21, 22, 24 e 30): permaneceram com os mesmos quantitativos do consumo anterior, por apresentarem demanda estável e recorrente em manutenções prediais. 3. Itens com acréscimo proporcional à necessidade (6, 7, 9, 12, 13, 14, 17, 23, 27, 28, 29 e 31): ajustados para cima em função do aumento das demandas de manutenção em prédios públicos ou da introdução de novas tecnologias de automação predial.
SEMPOG	<p>Os quantitativos estimados foram definidos conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, tomando como base o histórico de consumo. A quantidade de três carriolas foi estabelecida considerando-se a rotina de serviços realizados pela equipe de manutenção do prédio, que abrange o transporte de materiais como areia, brita, entulho e ferramentas utilizadas em reparos estruturais e jardinagem. Além disso, verificou-se a necessidade de disponibilizar uma carrola para cada frente de serviço, garantindo agilidade e eficiência nas atividades de conservação dos espaços públicos. O quantitativo contempla ainda uma unidade reserva para substituição imediata em caso de desgaste ou dano, evitando interrupções nas atividades. Da mesma forma, foram incluídos oito conjuntos de fechaduras destinados à substituição de itens danificados ou inoperantes em portas internas e externas do prédio público, assegurando a segurança e o bom funcionamento das dependências administrativas. Também foram estimadas quinze telhas de fibrocimento de 5 mm e quarenta telhas de fibrocimento de 6 mm, necessárias para reposição em áreas com avarias ou desgaste natural da cobertura, garantindo a adequada proteção das instalações e contribuindo para a conservação do patrimônio público. Dessa forma, o quantitativo proposto visa assegurar o pleno funcionamento dos serviços de manutenção, garantindo a continuidade e efetividade das ações desempenhadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>CASA DOS CONSELHOS (ID 3535447)</p> <p>A Casa dos Conselhos realizou a estimativa de 3 anéis de vedação, 3 canaletas, 3 fitas de isolamento, 10 metros de mangueira hidráulica, 5 sifões, 5 conexões para tubos e canos, 3 torneiras plásticas, 3 torneiras metálicas e 1 vaso</p>



sanitário. A definição dessas quantidades baseou-se na análise das necessidades do ambiente e na intenção de realizar a manutenção e adequação de um banheiro atualmente em desuso, com o objetivo de que o espaço possa, futuramente, atender como banheiro privativo para os funcionários, garantindo condições adequadas de uso e funcionalidade das instalações hidráulicas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 215.719,22

Valor (R\$): 215.719,22 (duzentos e quinze mil, setecentos e dezenove mil e vinte e dois centavos). Valor estimado através de Pesquisa de Preço junto às empresas do ramo, conforme o anexo deste ETP

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerado o critério menor preço POR ITEM, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnico e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que a solução selecionada para atender à necessidade da Administração é a **adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição de materiais de construção civil de uso geral**, incluindo parafusos, pregos, vigas de madeira e demais itens previstos na solicitação, verifica-se a existência de contratações correlatas e /ou interdependentes que podem impactar direta ou indiretamente a efetiva entrega, distribuição e utilização dos produtos pelos órgãos municipais.

Embora a aquisição de materiais de construção civil seja autônoma em sua natureza e não dependa diretamente de outras contratações para sua formalização, **a adequada execução da ata de registro de preços e o uso dos materiais pelas secretarias participantes podem demandar o suporte de outros contratos vigentes ou futuros**, conforme descrito a seguir:



10.1 Contratos de Transporte, Logística e Armazenamento de Materiais

Alguns itens adquiridos no SRP, especialmente vigas de madeira, caixas de ferramentas, madeiramentos e materiais volumosos, podem exigir condições específicas de transporte e armazenamento. Assim, a Administração poderá utilizar:

- **Contratos existentes de transporte e logística**, quando houver necessidade de movimentação interna entre almoxarifados e secretarias;
- **Contratos de locação de veículos utilitários**, caminhões ou veículos de carga, caso o objeto demande transporte especializado.

Tais contratos não são condição obrigatória para a licitação, mas podem ser necessários para a plena utilização dos materiais.

10.2 Contratos Relacionados a Obras, Manutenções e Serviços de Engenharia

Os materiais fornecidos no SRP são insumos de apoio às atividades estruturais e operacionais de diversas secretarias, sendo frequentemente aplicados em:

- Manutenção predial de escolas, unidades de saúde, centros administrativos e equipamentos públicos;
- Serviços de reparo e conservação realizados pela SEMOSP;
- Atividades de infraestrutura, pequenos reparos, instalações e adequações.

Assim, o uso dos materiais estará vinculado, de forma interdependente, a **contratos de mão de obra, serviços de manutenção predial, serviços de engenharia ou pequenas reformas**, já existentes ou a serem licitados. Estes contratos não inviabilizam a aquisição, mas são correlatos à aplicação final dos insumos.

10.3 Contratos de Almoxarifado, Gestão de Estoque e Controle Patrimonial

A correta execução deste registro de preços pode demandar apoio de:

- **Contratos de gestão de almoxarifado**, caso o município utilize serviços terceirizados de controle de estoque;
- **Sistemas informatizados de controle de materiais**, caso o fornecimento seja integrado a plataformas de requisição e controle interno;
- **Contratos de locação de espaços ou equipamentos** destinados ao armazenamento de materiais volumosos.

Tais contratações facilitam o fluxo logístico, garantindo rastreabilidade, segurança e organização no recebimento e distribuição dos materiais.

10.4 Contratos de Fiscalização e Apoio Técnico

Ainda que os materiais de construção civil sejam bens comuns, a correta aplicação e conformidade técnica podem depender de:

- **Contratos de consultoria ou apoio administrativo** utilizados para acompanhamento de obras e manutenções.



Essas contratações, quando existentes, atuam de forma complementar para garantir que o uso dos materiais atenda às normas aplicáveis, como as **NBRs da ABNT**, normas de segurança e especificações técnicas de engenharia.

10.5 Conclusão sobre Interdependência

A execução da ata de registro de preços não depende exclusivamente da existência prévia de outras contratações, sendo plenamente viável de forma independente.
No entanto, a plena **utilização, movimentação e aplicação técnica** dos materiais adquiridos pode se beneficiar de contratações correlatas já existentes ou planejadas, como:

- contratos de transporte e logística;
- contratos de serviços de engenharia;
- contratos de manutenção predial;
- contratos de gestão de almoxarifado;
- contratação ou disponibilidade de equipe técnica especializada.

Essas contratações funcionam como **apoio operacional**, não configurando dependência obrigatória, mas contribuindo para a eficiência da execução do objeto e o alcance dos resultados esperados pelas secretarias municipais participantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Segue a justificativa da previsão ou não da contratação no PCA 2025 das secretarias, detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIAS	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMAIC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme inciso VII do Artigo 12 da lei Federal 14.133/21, com o Número da Contratação: 30/2025, Nº DFD: 208/2024.
SEMA	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 28/2025, Nº DFD: 415/2024.
SEMDES	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a uma conjunção de fatores que impactaram diretamente a capacidade de execução das atividades planejadas. A equipe responsável pela gestão de pessoal e pela condução dos planejamento das futuras contratações encontrava-se com quadro reduzido, o que limitou a capacidade de planejar, executar e finalizar os procedimentos necessários o que resultou em atrasos e na inviabilização da conclusão do PCA-2025, conforme informado na Justificativa 33 de 21/03/2025 (ID 3055502).
SEMUST	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 30/2025, Nº DFD: 164/2024.
	Justificamos a ausência da presente demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) com fundamento no inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da abertura de Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02 (parafusos, pregos e vigas de madeira), destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Ariquemes/RO, durante o período de 12 (doze)



SEMTEC	meses. Esclarecemos que, durante a fase de estruturação do planejamento, a demanda foi registrada em versão preliminar do documento interno. Contudo, por falha no procedimento de consolidação, a informação não foi devidamente incorporada à versão final encaminhada à Superintendência competente, resultando em sua ausência no sistema do PCA. Destacamos que a necessidade desta contratação decorre da realização de serviços de manutenção, reparos e adequações estruturais em prédios, praças e espaços públicos utilizados pela Secretaria, bem como do apoio logístico para montagem de estruturas em eventos culturais e esportivos. Os materiais de construção civil (como parafusos, pregos e vigas de madeira) são imprescindíveis para assegurar a execução eficiente e segura das atividades, preservando o patrimônio público e garantindo condições adequadas de uso pelos servidores e pela comunidade. Portanto, a contratação visa atender à demanda operacional da Secretaria, proporcionando condições adequadas para a realização de eventos, serviços de manutenção e melhorias estruturais, com planejamento, segurança e eficiência
SEMOSP	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 30/2025, Nº DFD: 114/2024.
SEMSAU	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 35/2025, Nº DFD: 146/2024.
SEMPOG	A contratação em questão não está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2025. No entanto, essa ausência não representa descumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o inciso VII do artigo 12, pois trata-se de uma necessidade que surgiu após a elaboração do PCA, diante da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG e suas unidades vinculadas. A necessidade de Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), identificada após o encerramento do ciclo de planejamento do PCA, justificou o início do processo de contratação fora do cronograma original. Portanto, embora não tenha sido inserida no PCA, a contratação é planejada, necessária e está de acordo com a legislação vigente, sem configurar qualquer irregularidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação ora estudada visa instituir Ata de Registro de Preços para a aquisição de materiais de construção civil (parafusos, pregos e vigas de madeira), essenciais às atividades operacionais das secretarias municipais de Ariquemes. A adoção desta solução proporciona uma série de benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, conforme detalhado a seguir:

12.1. Melhoria da Prestação dos Serviços Públicos

A disponibilidade contínua e imediata desses materiais viabiliza a execução de reparos, manutenções e pequenas obras realizadas pelas equipes municipais, assegurando maior qualidade nos serviços prestados à população. A reposição ágil de insumos permite que demandas emergenciais sejam atendidas de forma eficiente, evitando interrupções e garantindo resposta adequada às necessidades das unidades administrativas.

12.2. Maior Eficiência Operacional

O registro de preços proporciona agilidade nas aquisições, eliminando a necessidade de múltiplos processos licitatórios ao longo do ano. Isso reduz o tempo de atendimento às requisições das secretarias, otimiza o planejamento operacional e garante maior previsibilidade na execução das atividades, especialmente aquelas relacionadas à infraestrutura urbana e manutenção predial.



12.3. Economicidade e Racionalização de Gastos

O procedimento de registro de preços favorece a obtenção de valores mais vantajosos, decorrentes da competitividade entre fornecedores e da possibilidade de compras parceladas conforme a necessidade real. Tal modelo evita estoques excessivos, diminui riscos de desperdício e assegura melhor gestão dos recursos públicos. Além disso, possibilita o controle orçamentário e a programação financeira das secretarias demandantes.

12.4. Padronização e Garantia de Qualidade dos Materiais

A contratação centralizada permite definir especificações técnicas uniformes para todos os itens, assegurando a aquisição de materiais adequados, seguros e compatíveis com as necessidades das secretarias. A padronização melhora a qualidade das intervenções e reduz problemas decorrentes de materiais inadequados ou heterogêneos.

12.5. Continuidade dos Serviços Essenciais

A existência de uma Ata de Registro de Preços vigente garante o fornecimento contínuo dos materiais indispensáveis às atividades de manutenção e conservação, evitando a paralisação de serviços essenciais. Isso contribui para o bom funcionamento de equipamentos públicos, prédios municipais, vias urbanas e demais estruturas de interesse coletivo.

12.6. Melhor Atendimento às Demandas da População

Com maior rapidez na execução de serviços de manutenção e reparos, a Administração Municipal eleva a eficiência do atendimento às solicitações da população, promovendo ações mais eficazes nas áreas de infraestrutura, serviços urbanos e apoio às unidades administrativas. Isso resulta em maior satisfação do usuário final e reforça o compromisso com a melhoria da qualidade de vida no município.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a adequada execução do objeto e assegurar a conformidade com a legislação aplicável, a Administração deverá adotar uma série de providências prévias, necessárias antes da formalização da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos decorrentes. Tais providências são de responsabilidade exclusiva da Administração Pública e não se confundem com obrigações da futura contratada. Entre elas, destacam-se:

13.1. Consolidação das Demandas das Secretarias Participantes

Realizar a consolidação final das estimativas de consumo apresentadas pelas secretarias municipais participantes, confirmando as quantidades máximas a serem registradas em ata, de modo a garantir aderência entre a demanda real e o quantitativo licitado.

13.2. Verificação de Disponibilidade Orçamentária

Promover a verificação da previsão de recursos orçamentários e financeiros necessários para as futuras aquisições decorrentes da ata, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Embora o registro de preços não gere obrigação imediata de contratação, é indispensável assegurar que os órgãos participantes possuem dotação orçamentária suficiente para aderir ao instrumento quando necessário.

13.3. Elaboração e Consolidação do Termo de Referência

Finalizar e validar o Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos itens, condições de fornecimento, prazos, critérios de aceitação, responsabilidades e demais parâmetros necessários para orientar a seleção da proposta mais vantajosa e estabelecer condições claras para futuras contratações.



13.4. Definição de Localização e Condições de Recebimento dos Materiais

Indicar previamente os locais de entrega dos materiais pelos fornecedores, bem como as condições de recebimento, conferência e armazenamento das unidades municipais. A Administração deve organizar a logística interna para garantir que as entregas sejam adequadamente recepcionadas e conferidas.

13.5. Estruturação dos Procedimentos Internos de Fiscalização

Designar servidores responsáveis pela fiscalização administrativa e técnica do contrato, assegurando que possuam meios, instruções e ferramentas adequadas para acompanhar as entregas, verificar a conformidade dos materiais e registrar ocorrências relacionadas à execução.

13.6. Publicação do Aviso de Contratação e Etapas da Licitação

Realizar todas as publicações oficiais exigidas para a fase externa da licitação, conforme determina a legislação, incluindo a divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios previstos pela Administração.

13.7. Avaliação de Eventuais Interferências Administrativas

Promover a organização de fluxos internos entre as secretarias participantes para disciplinar como ocorrerão as requisições de materiais, a emissão das autorizações de fornecimento (AF) e o recebimento das entregas, garantindo que não haja conflitos de responsabilidades ou falhas de comunicação.

13.8. Atualização dos Dados no Sistema de Gestão de Compras

Verificar e assegurar o pleno funcionamento e atualização dos sistemas utilizados pela Administração para condução da licitação, gerenciamento da ata e controle de fornecimentos, evitando atrasos processuais ou inconsistências administrativas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A adoção da solução por **Registro de Preços para aquisição parcelada de materiais de construção civil**, incluindo parafusos, pregos, vigas de madeira e demais itens da solicitação, pode gerar determinados impactos ambientais, diretos e indiretos, decorrentes do ciclo de vida dos materiais, desde a fabricação até o descarte. A identificação desses impactos é essencial para subsidiar a tomada de decisão e orientar medidas de mitigação pela Administração.

14.1. Impactos Ambientais Potenciais

14.1.1. Impactos Relacionados à Produção dos Materiais

- **Extração e beneficiamento da madeira** podem causar supressão vegetal, perda de biodiversidade e degradação do solo, especialmente quando oriunda de fontes sem manejo sustentável.
- A **produção de itens metálicos** como parafusos e pregos envolve processos industriais de alto consumo energético e potencial emissão de gases de efeito estufa.
- Geração de resíduos sólidos industriais durante o processo de fabricação.

14.1.2. Impactos Relacionados ao Transporte e Logística

- Emissões atmosféricas decorrentes do transporte dos materiais até os depósitos da Prefeitura.
- Consumo de combustíveis fósseis e contribuição para a poluição atmosférica urbana.



14.1.3. Impactos Relacionados ao Uso e Armazenamento

- Riscos de desperdício de materiais por armazenamento inadequado, principalmente no caso de madeira suscetível a fungos e deterioração.
- Possível acúmulo de resíduos nas unidades administrativas.

14.1.4. Impactos Relacionados ao Descarte

- Descarte inadequado de madeira, metais ou embalagens pode gerar poluição do solo, contaminação de águas e sobrecarga de aterros.
- Resíduos metálicos podem demorar centenas de anos para se decompor se destinados de forma irregular.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise dos elementos técnicos, operacionais e econômicos que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se que a contratação por meio de **Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02 (incluindo parafusos, pregos, vigas de madeira e demais itens correlatos)** é **plenamente viável**, atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela IN SEGES nº 58/2022.

Do ponto de vista **técnico**, a solução apresenta elevada maturidade e ampla disponibilidade no mercado local e nacional, uma vez que os materiais de construção civil são considerados bens comuns e padronizados, fabricados segundo normas técnicas consolidadas (ABNT, INMETRO e demais regulamentos aplicáveis). Não há complexidade tecnológica ou necessidade de desenvolvimento especializado, o que reforça a adequação da solução às necessidades das secretarias demandantes.

Sob a perspectiva **operacional**, verifica-se que os materiais contemplados são essenciais para a execução das atividades rotineiras de manutenção, conservação e reparos de prédios, vias e equipamentos públicos, atendendo às demandas da SEMOSP, SEMA, SEMAIC, SEMDES, SEMUST, SEMTEC, SEMSAU, SEMPOG e demais unidades administrativas do município. A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita aquisição parcelada, garantindo maior controle de estoque, evitando desperdícios, assegurando continuidade dos serviços municipais e permitindo rápida reposição quando necessário.

No aspecto **econômico**, o SRP proporciona ganhos significativos de economicidade ao permitir a competitividade entre fornecedores, a obtenção de preços mais vantajosos e a contratação apenas conforme a necessidade real da administração, evitando compras excessivas ou gastos desnecessários. A ampla oferta no mercado contribui para preços compatíveis, reduz baixa competitividade e facilita cotação e comparação de propostas.

A contratação mostra-se totalmente alinhada aos princípios da **eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e gestão responsável dos recursos públicos**, além de garantir suporte adequado às políticas públicas e às atividades operacionais de manutenção predial e infraestrutura urbana.

Diante do exposto, **declara-se viável a contratação**, considerando sua adequação técnica, sua viabilidade operacional e seu benefício econômico, bem como sua plena capacidade de atender às necessidades das secretarias municipais de Ariquemes, justificando sua continuidade para as próximas etapas do processo de contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ELABORADOR DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

Membro da Diretoria de Compras

Despacho: ELABORADOR DA ESTIMATIVA - SEMAIC

BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE

Assessor Especial - SEMAIC

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMA

MAGDA OLIVEIRA MATOS

Agente de Gestão Pública

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMDES

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

Gerente SUAS

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMUST

TAINA MIOLA FREIRE MELLO

Agente de Gestão Escolar

Despacho: ELABORADOR DA ESTIMATIVA SEMTEC - SEMTEC

DIOGO SOARES ESTEVAO



Despacho: RESPONSÁVEL PELO ESTAGIÁRIO - SEMTEC

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMOSP

ELIANY PEREIRA BELLE
Agente de Gestão Pública

Despacho: ELABORADOR DA ESTIMATIVA - SEMSAU

ROGERIO ANTUNES DE MORAES
Gerente do Almocharifado da Semsau

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMPOG

VITORIA NASCIMENTO BACELAR
Assessor Especial VI





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25

Impresso em: 13 de novembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
1	519.003.068	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBO E CONEXÕES PVC RÍGIDO, COM 175G.	UND	65	26,80 0,00 0,00	28,72 0,00 0,00	23,90 22,90 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	25,58	1.662,70
2	519.001.161	ANEL	UND	59	9,72 0,00 0,00	0,00 0,00 11,36	0,00 0,00 11,16	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	10,75	634,25
3	519.003.070	ARAME GALVANIZADO, 6BWG, D= 5,16MM.	KG	30	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	16,41 16,41 0,00	17,00 0,00 0,00	0,00 16,35 0,00	16,54	496,20
4	519.003.229	BARRA AÇO	BARR	220	0,00 0,00 0,00	0,00 11,97 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	11,97	2.633,40
5	519.003.071	BARRA ROSCADA 3/8 X 1M	UND	40	6,58 0,00 0,00	9,14 0,00 7,64	0,00 0,00 8,99	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	8,09	323,60
6	519.003.227	CABO DE AÇO 12,7MM	METR	40	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	17,59 22,41 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 18,92 0,00	19,64	785,60
7	519.003.228	CABO DE AÇO 15,9MM	METR	100	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 32,99	30,80 0,00 32,42	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	32,07	3.207,00
8	520.001.046	CAIXA	UND	9	1.340,00 0,00 0,00	0,00 0,00 1.389,27	0,00 0,00 1.358,69	0,00 0,00 1.331,43	0,00 0,00 0,00	1.354,85	12.193,65
9	520.001.012	CAIXA D'ÁGUA DE FIBRA DE VIDRO, 1000 LITROS, COM TAMPA.	UND	3	495,90 0,00 0,00	0,00 0,00 562,00	0,00 0,00 529,08	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	528,99	1.586,97
10	519.001.162	CANALETA	UND	98	7,20 0,00 0,00	9,29 0,00 8,02	0,00 0,00 6,46	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	7,74	758,52
11	519.004.021	CARRIOLA: CARRO DE MÃO COM CAÇAMBA METÁLICA E CAPACIDADE DE 65 LITROS, COR CINZA OU PRETA DIMENSÕES: 1455X622X545MM, PESO 15 KG PNEU COM CÂMARA DE AR 3.5.	UND	87	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 420,00	388,78 433,44 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	414,07	36.024,09





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25
Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES
Impresso em: 13 de novembro de 2025

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantid ade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
12	519.003.225	CHAVE TORX	UND	6	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	18,89 0,00 0,00	14,73 0,00 0,00	0,00 13,90 0,00	15,84	95,04
13	519.004.295	CHUVEIRO	UND	72	145,90 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	174,10 174,82 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	164,94	11.875,68
14	519.004.296	CHUVEIRO NÃO ELÉTRICO	UND	15	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 13,27	0,00 0,00 10,13	0,00 0,00 10,62	0,00 0,00 0,00	11,34	170,10
15	519.003.190	COLA	UND	50	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 19,90	20,61 18,78 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 14,96 0,00	18,56	928,00
16	519.003.075	CONEXÃO HIDRÁULICA - ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PARA CAIXA D'ÁGUA, 20MM, MARROM.	UND	10	0,00 0,00 0,00	12,84 0,00 0,00	9,40 12,27 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 11,54 0,00	11,51	115,10
17	519.003.077	CORRENTE SOLDADA ZINCADA 6.0MM	M	350	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 19,45	28,36 22,20 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 24,90 0,00	23,73	8.305,50
18	519.001.055	CUMEEIRA UNIVERSAL PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, ABA 210 MM, COMPRIMENTO 1100 MM (SEM AMIANTO)	UND	100	0,00 0,00 55,49	0,00 0,00 44,51	0,00 0,00 52,55	0,00 0,00 42,92	0,00 0,00 0,00	50,21	5.021,00
19	519.003.078	CURVA DE PVC, 45º 100 MM, COR BRANCA, DE BOA QUALIDADE.	UND	10	80,79 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	63,90 52,44 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	65,71	657,10
20	519.003.191	CURVA MATERIAL: PVC	UND	30	5,06 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	5,90 4,45 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	5,14	154,20
21	519.004.005	DISCO DE LIXA FLAP 4.1/2 X 7/8 POLEGADAS, GRÃO 40	UND	10	0,00 0,00 0,00	8,75 0,00 0,00	8,90 9,36 0,00	7,79 0,00 0,00	0,00 6,31 0,00	8,22	82,20
22	519.003.183	ENGATE	UND	65	8,82 0,00 0,00	9,00 0,00 0,00	11,39 8,90 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	9,53	619,45





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25
Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES
Impresso em: 13 de novembro de 2025

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantid ade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
23	519.003.184	ENGATE	UND	65	10,98 0,00 0,00	11,62 0,00 0,00	9,60 14,50 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 14,43 0,00	12,23	794,95
24	519.001.163	FECHADURA	UND	12	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 55,00	79,90 0,00 74,50	0,00 0,00 79,90	0,00 0,00 0,00	72,10	865,20
25	536.001.049	FITA 100 MM X 10 M ENVELOPAMENTO DE INSTALAÇÕES ISOLAMENTO EM REFRIGERAÇÃO	UND	3	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 6,18	7,99 7,90 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 5,50 0,00	6,89	20,67
26	519.003.085	JOELHO DE PVC. 40 MM, 90°, SOLDÁVEL, DE BOA QUALIDADE.	UND	10	9,72 0,00 0,00	10,47 0,00 6,78	9,50 8,80 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	9,05	90,50
27	519.003.089	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4	M	210	0,00 0,00 0,00	5,63 0,00 6,20	0,00 0,00 6,10	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	5,98	1.255,80
28	519.004.299	PARAFUSO	CEN	8	0,00 0,00 0,00	12,00 0,00 13,00	13,73 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	12,91	103,28
29	519.003.192	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE	CEN	5	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	22,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	28,10 34,00 0,00	28,03	140,15
30	519.004.002	PARAFUSO FIXAÇÃO DE TELHA, ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5/16" E COMPRIMENTO 250MM. CONJUNTO COM ARRUELAS METÁLICAS E DE PVC CÔNICAS.	CX	5	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 421,00	492,37 0,00 0,00	600,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	504,46	2.522,30
31	519.003.165	PARAFUSO SEXTAVADO FLANGEADO Nº 12 X 3/4 COM PONTA	UND	45	0,00 0,00 0,00	0,00 29,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	29,00	1.305,00
32	519.003.226	PARAFUSO TELHA	UND	5	1,33 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1,05 1,23 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 1,17 0,00	1,20	6,00
33	519.003.090	PARAFUSO ZINCADO, AUTO BROCANTE, FLANGEADO, 4.2MMX19MM	CEN	6	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,08 0,07 0,00	0,08 0,00 0,00	0,00 0,09 0,00	0,08	0,48





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25
Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES
Impresso em: 13 de novembro de 2025

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantid ade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
34	519.001.160	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÁMINAS DE MADEIRA ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 MM	UND	60	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	96,00 0,00 0,00	146,84 0,00 0,00	129,00 0,00 0,00	123,95	7.437,00
35	519.003.163	PORCA PLANA SEXTAVADO	PCT	10	0,00 0,00 0,00	0,00 93,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	93,00	930,00
36	519.003.189	PORTA DE MADEIRA	UND	10	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.037,60 2.068,80 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 2.068,80 0,00	2.058,40	20.584,00
37	519.004.298	PRAFUSO	CEN	8	0,00 0,00 0,00	12,00 0,00 13,00	0,00 0,00 10,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	11,67	93,36
38	519.003.167	PREGO COM CABEÇA 18 X 27	PCT	235	15,90 0,00 0,00	18,88 0,00 14,02	0,00 0,00 20,73	0,00 0,00 15,95	0,00 0,00 0,00	17,10	4.018,50
39	519.003.180	PREGO COM CABEÇA, TIPO: CONICA AXANDREZADA, CORPO: LISO, TIPO DE PONTA: DIAMANTE, BITOLA: 19X36, PACOTE COM 1KG.	PCT	230	15,90 0,00 0,00	0,00 0,00 12,74	0,00 0,00 13,00	0,00 0,00 17,00	0,00 0,00 0,00	14,66	3.371,80
40	519.003.094	RALO SIFONADO PVC GRELHA QUADRADA DN 100MM X 100MM X 50MM	UND	25	19,08 0,00 0,00	18,77 0,00 19,35	0,00 0,00 21,01	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	19,55	488,75
41	519.003.185	REGISTRO ESFERA	UND	47	11,10 0,00 0,00	0,00 0,00 10,13	0,00 0,00 14,51	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	11,91	559,77
42	519.003.096	REGISTRO ESFERA, PVC SOLDÁVEL 25 MM	UND	45	14,80 0,00 0,00	19,75 0,00 15,06	0,00 0,00 15,82	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	16,36	736,20
43	519.001.165	RÉGUA COMUM	UND	5	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 24,29	21,40 0,00 25,06	0,00 0,00 27,67	0,00 0,00 0,00	24,61	123,05
44	519.003.098	SIFÃO FLEXÍVEL SIMPLES UNIVERSAL, DE PLÁSTICO, 1,5 METROS.	UND	103	0,00 0,00 0,00	17,52 0,00 18,90	0,00 0,00 17,07	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	17,83	1.836,49





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25
Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES
Impresso em: 13 de novembro de 2025

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
45	519.003.063	TÁBUA DE MADEIRA NAO APARELHADA, 2,5 X 30 CM, CEDRINHO OU M EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	955	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 25,59	0,00 0,00 32,50	0,00 0,00 36,03	0,00 0,00 0,00	31,37	29.958,35
46	519.003.103	TÊ - CONEXÃO PARA TUBOS E CANOS - SOLDÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, DIÂMETRO ENTRADA 25MM, DIÂMETRO SAÍDA 1/2 POL.	UND	65	0,00 0,00 0,00	4,37 0,00 7,56	6,62 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	6,18	401,70
47	519.003.104	TELA EM AÇO, SOLDADA, NERVURADA, Q. 138, MALHA QUADRADA COM ESPAÇAMENTO DE 10 X 10 CM, DIMENSÕES 2,45M X 6,00M, DIÂMETRO DO FIO 4,20MM. CORREÇÃO DE RACHADURA/FISSURAS.	UND	20	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	282,36 255,69 0,00	329,90 0,00 0,00	0,00 250,22 0,00	279,54	5.590,80
48	519.003.100	TELA SOMBRITE 90%, MEDIDAS 5,00M X 10,00M, COM BAINHA	UND	9	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.250,00 1.270,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 1.325,99 0,00	1.282,00	11.538,00
49	519.001.176	TELHA DE FIBROCIMENTO 5MM	UND	15	59,90 0,00 0,00	64,53 0,00 0,00	48,90 59,98 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	58,33	874,95
50	519.001.193	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM	UND	70	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	69,90 74,99 0,00	75,40 0,00 0,00	0,00 62,90 0,00	70,80	4.956,00
51	519.003.186	TORNEIRA	UND	108	56,52 0,00 0,00	61,83 0,00 0,00	75,99 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	64,78	6.996,24
52	519.003.105	TORNEIRA PLÁSTICA 1/2". DE BANCADA, PARA LAVATÓRIO.	UND	93	19,90 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	27,29 20,90 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	22,70	2.111,10
53	519.003.187	TRINCO	UND	60	21,06 0,00 0,00	17,36 0,00 0,00	22,87 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 21,85 0,00	20,79	1.247,40
54	519.009.003	TUBO GALVANIZADO 4 POL X 6 MT - 3,75 MM - TUBO DE AÇO GALVANIZADO, BARRA COM 6 METROS. ESPESURA DA PAREDE 3,75MM. NORMA: NBR 5580	BARR	5	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.133,46 910,66 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 1.151,72 0,00	1.065,28	5.326,40
55	519.003.106	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA 3,6 LITROS. MATERIAL: LOUÇA. COR: BRANCA	UND	20	389,80 0,00 0,00	0,00 0,00 309,00	420,00 490,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	402,20	8.044,00





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 02271/25
Impresso em: 13 de novembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantid ade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
56	519.003.107	VEDA CALHA, ASPECTO FÍSICO PASTOSO, TUBO DE 280 GR	UND	120	23,90 0,00 0,00	27,13 0,00 0,00	27,30 22,11 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	25,11	3.013,20

Total de registros: 56

215.670,74

#	Nome Proponente	CNPJ/CPF
1	945 MARPLEN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	03.055.135/0001-42
2	2722 CATANEO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	15.883.291/0001-80
3	6907 GERAL 1 SÍTIO ELETRÔNICO 1	
4	6983 GERAL 4 SÍTIO ELETRÔNICO 4	
5	6986 GERAL 5 SÍTIO ELETRÔNICO 5	
6	7178 GERAL 6 SÍTIO ELETRÔNICO 6	
7	7179 GERAL 7 MEDIANAS	
8	8767 GERAL 2 SÍTIO ELETRÔNICO 2	
9	8768 BANCO DE PREÇO 5	00.000.000/0000-00
10	10290 SITIO 03	07.797.967/0001-95
11	10291 BANCO DE PREÇOS 04	00.000.000/0000-00
12	13472 BANCO DE PREÇO 1	07.797.967/0001-95
13	13473 BANCO DE PREÇO 2	07.797.967/0001-95
14	13489 BANCO DE PREÇOS 03	07.797.967/0001-95







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	395/2025	18/11/2025

ID: 3606974	Processo	Documento
CRC: 9E20F47C		
Processo: 8-15642/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 02/12/2025 11:03:29	Finalização: 02/12/2025 11:21:08	

MD5: EC21C864DCA40052E94AEA6E96ABE8D3
SHA256: E14A990317B56D90309E722C0923B8B0732464590F1656B1FA17DDFAF13698A7

Súmula/Objeto:

Estudo Técnico Preliminar - ETP 395/2025











INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	18/11/2025 07:52:40
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	18/11/2025 07:52:40
--------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	02/12/2025 11:21:23
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	02/12/2025 11:24:24
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	02/12/2025 11:25:55
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE#	ASSESSOR ESPECIAL V CDS 02 (COMISSAO)	02/12/2025 11:30:47
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	02/12/2025 11:41:31
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	MAGDA OLIVEIRA MATOS#	AGENTE DE GESTÃO PÚBLICA	02/12/2025 11:53:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ELIANY PEREIRA BELLE#	AGENTE ADMINISTRATIVO N II - GRUPO - 17	02/12/2025 13:02:02
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ROGERIO ANTUNES DE MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO N III - GRUPO - 18	02/12/2025 15:08:11
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	DIOGO SOARES ESTEVAO#	Estagiário Administrativo	03/12/2025 07:28:34
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	TAINA MIOLA FREIRE MELLO#	AGENTE DE GESTAO ESCOLAR N III - GRUPO - 69	04/12/2025 07:32:40
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3606974 e o CRC 9E20F47C.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Matriz de Gerenciamento de Riscos 378/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
378/2025	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	14/11/2025 13:11
Objeto da Matriz de Riscos		
Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras)		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
02/12/2025 12:12	1.0	Revisão gerada automaticamente após publicação de ajustes na fase de Planejamento	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Falha na pesquisa de preços	Pesquisa de preços feita com poucos fornecedores, variação de preços não considerada; Cotação realizada com o descritivo do item inferior ou superior ao solicitado.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Preço estimado irreal, risco de item deserto, fracassado ou superfaturamento.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar pesquisa de preços consistente, através de buscas com fornecedores locais, pesquisas em sítio eletrônico, Banco de preços; Eliminar valores superfaturados ou inexequíveis, revisar margem de variação; Analisar a especificação do item cotado pelo fornecedor.					
Ações de Contingência						
C-01	Refazer pesquisa de preços; Reajustar as peças para corrigir valores de média; Ampliar busca por fornecedores ou empresas do ramo					
Responsáveis: JOAO PEDRO LONGO DE JESUS, GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	ETP incompleto ou com informações insuficientes	Ausência de informações, justificativas técnicas e de análises de alternativas.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Insegurança jurídica; devolução pelo jurídico; atraso no processo.					
Ações Preventivas						
P-01	Utilizar checklist baseado na IN SEGES 58/2022; Realizar a verificação e análise do ETP com responsáveis.					
Ações de Contingência						
C-01	Complementar o ETP com as informações faltantes; Inserir nova versão revisada; Reencaminhar ao setor jurídico para validação.					
Responsável: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Metodologia de cálculo inadequada das quantidades pelas secretarias participantes	As secretarias participantes utilizam métodos de distintos, não padronizados ou incorretos para estimar o consumo anual dos itens, baseando-se em percepções pessoais ou dados incompletos, sem considerar histórico real, médias de uso, sazonalidade ou demanda projetada.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Quantitativos superestimados ou subestimados; Formação de preço estimado incompatível com a realidade; Risco de desabastecimento ou de quantidades ociosas na ata; Comprometimento da economicidade e da execução futura do registro de preços; Possibilidade de questionamentos pelo controle interno/externo.					
Ações Preventivas						
P-01	Solicitar que as áreas técnicas apresentem memória de cálculo detalhada, metodologia de cálculo correta, com base em histórico comprovado.					
Responsáveis: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL, BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE, MAGDA						



OLIVEIRA MATOS, EUTIANE DE
SOUZA STELMASTCHUK, TAINA
MIOLA FREIRE MELLO, DIOGO
SOARES ESTEVAO, NATANAEL
EMERSON PEREIRA DE LIMA,
ELIANY PEREIRA BELLE,
ROGERIO ANTUNES DE MORAES,
VITORIA NASCIMENTO
BACELAR, CAMILA MARTINS
TESSARO

Ações de Contingência

C-01 Revisar os quantitativos consolidados antes da publicação do edital; Atualizar o ETP e TR **Responsável:** GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

Membro da Diretoria de Compras



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 12:11:31.







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Matriz de Gerenciamento de Riscos	378/2025	18/11/2025

ID: 3606988	Processo	Documento
CRC: CB4B90E3		
Processo: 8-15642/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 02/12/2025 11:14:22 Finalização: 02/12/2025 11:33:04		

MD5: F03099C7672E256F9DCEDDBB9C510B58
SHA256: BEA341B294126225DCC69A3196D307F8A6F084624F478C7F8FA18D032D6A95FD

Súmula/Objeto:

Matriz de Gerenciamento de Riscos 378/2025







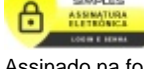
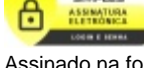
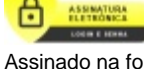

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	18/11/2025 07:55:56
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	18/11/2025 07:55:56
--------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	02/12/2025 11:34:04
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	JOAO PEDRO LONGO DE JESUS	Equipe Auxiliar de Licitações	02/12/2025 11:36:27
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	02/12/2025 11:41:32
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	02/12/2025 11:41:39
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	02/12/2025 11:45:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	MAGDA OLIVEIRA MATOS#	AGENTE DE GESTÃO PÚBLICA	02/12/2025 11:53:04
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE#	ASSESSOR ESPECIAL V CDS 02 (COMISSAO)	02/12/2025 12:01:01
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ELIANY PEREIRA BELLE#	AGENTE ADMINISTRATIVO N II - GRUPO - 17	02/12/2025 13:01:53
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ROGERIO ANTUNES DE MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO N III - GRUPO - 18	02/12/2025 15:08:12
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	DIOGO SOARES ESTEVAO#	Estagiário Administrativo	03/12/2025 07:28:34
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO



TAINA MIOLA FREIRE MELLO#

AGENTE DE GESTAO ESCOLAR N III - GRUPO -
69

04/12/2025 07:32:40

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3606988 e o CRC CB4B90E3.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO
4/2026

Contrato nº /2025
Processo nº 15642/2025

Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras)

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E A EMPRESA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). _____, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____ doravante CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 15642/2025/SEMOSP, Pregão Eletrônico nº ____/2025/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBO E CONEXÕES PVC RÍGIDO, COM 175G.	265158	UND	65	XXX	XXX
2	Anel Vedação Material: Borracha Características Adicionais: Vaso Sanitário Com Guia	367406	UND	59	XXX	XXX
3	Arame galvanizado, 6bwg, d= 5,16mm	304206	KG	30	XXX	XXX
4	Barra Aço Formato Seção: Redondo Bitola: 3/8 POL Comprimento: 1 M Características Adicionais: Com Rosca Material: Aço Inoxidável Aisi 304	458874	BARRA	220	XXX	XXX
5	BARRA ROSCADA 3/8 X 1M	458874	UND	40	XXX	XXX
6	Cabo De Aço - Cabo De Aço 1/2" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 12,7mm.	449749	METRO	40	XXX	XXX

7	Cabo De Aço - Cabo De Aço 5/8" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 15,9mm.	630597	METRO	100	XXX	XXX
8	Caixa D'Água Material: Fibra de Vidro Capacidade: 2.000 L Características Adicionais: Com Tampa	323174	UND	9	XXX	XXX
9	Caixa água de fibra de vidro, 1000 litros, com tampa.	363396	UND	3	XXX	XXX
10	Canaleta Material: Pvc Tipo: Com Tampa Cor: Branca Características Adicionais: Lisa E Sem Divisória, Com Fita Dupla Face Dimensões: (AxLxc) 20 X 10 X 2000 MM	375179	UND	98	XXX	XXX
11	CARRIOLA: carro de mão com caçamba metálica e capacidade de 65 litros, cor cinza ou preta dimensões: 1455x622x545mm, peso 15 kg pneu com câmara de ar 3,5.	452395	UND	87	XXX	XXX
12	CHAVE TORX MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, FORMATO: RETA ACABAMENTO: NIQUELADO E CROMADO, COM PONTA FOSFATIZADA REFERÊNCIA: T20 MATERIAL CABO: POLIPROPILENO BITOLA: 3,86MM COMPRIMENTO HASTE: 100MM COMPRIMENTO: 190MM.	331142	UND	6	XXX	XXX
13	Chuveiro Elétrico Material: Termoplástico Variações Temperatura Água: 4 Cor: Branca Potência: Mínima 6.800 W Tensão Operação: 220 V	441645	UND	72	XXX	XXX
14	Chuveiro não Elétrico Material: Plástico Tipo: com Braço, Sem registro Diâmetro: 4 POL Cor: Branca Comprimento Braço: Cerca 35 CM	441645	UND	15	XXX	XXX
15	Cola para vedação de calhas e rufos, tubo 400 gramas	468352	UND	50	XXX	XXX
16	Conexão hidráulica - Adaptador soldável com flange e anel de vedação, para caixa água, 20mm, marrom.	373920	UND	10	XXX	XXX
17	Corrente Soldada Zincada 6.0mm. Dimensões aproximadas dos Elos: 22x40mm; Resistência Mínima: 500 Kg F; Ruptura:	480682	METRO	350	XXX	XXX

	2000 Kgf; Normas Abnt: Nbr 15293.					
18	Cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto).	220729	UND	100	XXX	XXX
19	Curva de PVC, 45° 100 mm, Cor Branca, de Boa Qualidade.	374801	UND	10	XXX	XXX
20	Curva Material: Pvc Tipo: Curva 45° Tipo Fixação: Soldável Bitola Lado Soldável:25mm Marrom boa qualidade	344601	UND	30	XXX	XXX
21	Disco de lixa flap 4.1/2 x 7/8 polegadas, grão 40.	441694	UND	10	XXX	XXX
22	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 40 CM Cor: Branco	247042	UND	65	XXX	XXX
23	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 60 CM Cor: Branco	247142	UND	65	XXX	XXX
24	Fechadura de Porta de Vidro Material Lingueta: Aço Inoxidável Material Testa: Aço Inoxidável Material Tambor Segredo: Aço Inoxidável Componentes: Duas Chaves Metálicas e espelho Características Adicionais: 180° de Rotação, Tambor aproximadamente 22 mm, tipo bico de papagaio/Auxiliar Aplicação: Porta de Correr/Vidro	365436	UND	12	XXX	XXX
25	FITA 100 MM X 10 M ENVELOPAMENTO DE INSTALAÇÕES ISOLAMENTO EM REFRIGERAÇÃO Fita Material: Pvc Largura: 100 MM Comprimento: 10 M Características Adicionais: Utilizada No Envelopamento De Instalações Finalidade: Isolamento Em Refrigeração *Cor: Branca*	418894	UND	3	XXX	XXX
26	Joelho de PVC, 40 Mm, 90°, Soldável, de Boa Qualidade.	233982	UND	10	XXX	XXX
27	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 PARA JARDIM DUPLA CAMADA, POL. 2,5 MM REFORÇADA EM PVC MATERIAL FLEXÍVEL.	307466	METRO	210	XXX	XXX

28	PARAFUSO Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Auto Brocante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	XXX	XXX
29	Parafuso Auto-Atarraxante Material: Aço Carbono Tratamento Superficial: Bicromatizado Tipo Cabeça: Chata Tipo Fenda: Phillips Diâmetro Corpo: 5,50 MM Comprimento: 25 MM	328726	CEN	5	XXX	XXX
30	PARAFUSO FIXAÇÃO DE TELHA, ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5/16 E COMPRIMENTO 250MM. CONJUNTO COM ARRUELAS METÁLICAS E DE PVC CÔNICAS. Parafuso fixação de telha, rosca soberba, diâmetro 5/16 e comprimento 250mm. Conjunto com arruelas metálicas e de pvc cônicas.Caixa com 100 und	299871	CX	5	XXX	XXX
31	Parafuso Sextavado Flangeado Nº 12 x 3/4 com ponta Broca Nº 3 e Arruela, material: Aço baixo carbono. Caixa com 100 unidades.	472163	UND	45	XXX	XXX
32	PARAFUSO TELHA Material: Aço zincado Tipo: Telheiro comprimento 11 Cm, Diâmetro 8mm Forma da rosca: soberba, Sistema de aperto: chave forma da cabeça: Hexagonal	369300	UND	5	XXX	XXX
33	Parafuso zincado, auto brocante, flangeado, 4,2mmx19mm.	442015	CEN	6	XXX	XXX
34	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÂMINAS DE MADEIRA ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES COMPRIMENTO: 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 M	472733	UND	60	XXX	XXX
35	PORCA PLANA SEXTAVADO Porca Plana Material: Ferro Galvanizado Formato: Sextavado Diâmetro Nominal: 5/8 POL PACOTE COM 100 UNIDADES	365557	PCT	10	XXX	XXX
36	PORTA DE MADEIRA Espécie da madeira: Angelim Tipo: Maciça Largura: 80 CM Altura: 2,10	611016	UND	10	XXX	XXX

	M Características Adicionais: Com Guarnição/Jogo De Portal, Com Fechadura Completa. (obs: a fechadura já deve vim instalada na porta).					
37	Parafuso Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Agulha Autoperfurante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	610947	CEN	8	XXX	XXX
38	PREGO COM CABEÇA 18 X 27 Prego Com Cabeça Material: Aço Carbono Tipo Cabeça: Liso Tipo Ponta: Comum Bitola: 18 X 27 Pacote 1 Quilograma	333250	PCT	235	XXX	XXX
39	PREGO COM CABEÇA TIPO: CONICA AXANDREZADA CORPO: LISO TIPO DE PONTA: DIAMANTE BITOLA: 19X36 PACOTE COM 1KG.	214383	PCT	230	XXX	XXX
40	Ralo Sifonado PVC Grelha Quadrada DN 100mm x 100mm x 50mm.	304273	UND	25	XXX	XXX
41	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 20 MM Aplicação: Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	415541	UND	47	XXX	XXX
42	Registro esfera, PVC soldável 25 mm	240635	UND	45	XXX	XXX
43	Régua Comum Material: Madeira Comprimento: 100 CM Graduação: Centímetro Tipo Material: rígido	233105	UND	5	XXX	XXX
44	Sifão flexível simples universal, de plástico, 1,5 metros	262078	UND	103	XXX	XXX
45	Tábua de madeira nao aparelhada 2,5 x 30 cm POR 3 METROS cedrinho ou equivalente da região.	387805	METRO	955	XXX	XXX
46	Tê - conexão para tubos e canos - soldável, material polipropileno, diâmetro entrada 25mm, diâmetro saída 1/2 pol.	466471	UND	65	XXX	XXX
47	TELA EM AÇO, SOLDADA, NERVURADA, Q 138, MALHA QUADRADA COM ESPAÇAMENTO DE 10 X 10 CM, DIMENSÕES 2,45M X 6,00M, DIÂMETRO DO FIO 4,20MM. CORREÇÃO DE RACHADURA/FISSURAS. Tela em aço, soldada, nervurada, Q 138, malha quadrada com	480853	UND	20	XXX	XXX

	espaçamento de 10 X 10 cm, dimensões 2,45m x 6,00m, Diâmetro do fio 4,20mm. Correção de Rachadura/Fissuras.					
48	Tela sombrite 90%, Medidas 5,00m x 10,00m, com bainha	477908	UND	9	XXX	XXX
49	TELHA DE FIBROCIMENTO 5MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,5 cm, Altura da onde: 5,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação: parafuso, peso: 27,1 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237551	UND	15	XXX	XXX
50	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,6 cm, Altura da onde: 6,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação: parafuso, peso: 32,5 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	237554	UND	70	XXX	XXX
51	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: Filtro E Bebedouros De Água Rosca De Entrada: 1/2 POL, Alavanca Gota 1/4 de Volta Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Compatível Com Todas As Carcaças Com Rosca De 1/2.	434674	UND	108	XXX	XXX
52	Torneira plástica 1/2, de bancada, para lavatório.	320505	UND	93	XXX	XXX
53	Trinco Material: Aço Zincado Tipo: Ferrolho Chato Dimensão: 4 POL Aplicação: Portas E Janelas Em Geral	614544	UND	60	XXX	XXX
54	Tubo Galvanizado 4 pol X 6 Mt - 3,75 mm - Tubo de Aço Galvanizado, Barra Com 6 Metros, Espessura da Parede 3,75mm. Norma: NBR 5580.	466310	BARRA	5	XXX	XXX
55	Vaso sanitário com caixa acoplada 3,6 litros, material: louça, cor: branca	264236	UND	20	XXX	XXX
56	Veda Calha, aspecto físico pastoso, tubo de 280 GR	266502	UND	120	XXX	XXX

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do PNCP, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/11/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 8.9** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.
- 8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2** Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.
- 9.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 9.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10** A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.
- 9.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO OBJETO

11.1 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

11.2 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

11.3 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

11.4 Os bens duráveis deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega no órgão licitante, conforme garantia do fabricante, não se aplicando tal exigência aos materiais de consumo;

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

11.5 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

11.6 Os produtos que possuam prazo de validade somente serão recebidos com prazo máximo expirado de 25%, não sendo aceitos com prazo de validade remanescente inferior a 75%

11.7 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

11.8 A empresa vencedora do processo licitatório deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.

11.9 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1 A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

12.2 A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

12.3 A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

12.4 A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

12.5 Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

12.6 A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

12.7 A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

12.8 A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

12.9 A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

12.10 A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

12.11 A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

12.12 A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

12.13 A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

12.14 A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

Programação: 02.013.20.605.0013.2706 - Manutenção do Banco de Alimentos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Materiais de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.500 0 Recursos não vinculados

Ficha: 763

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)

Programação: 18.122.0011.2600 - Manutenção das atividades da SEMA;

18 541 0020 2601 0000 - Manutenção de Praças, canteiros e Áreas Verdes

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: Próprio

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assitência Social

08.243.0018.2403 - Manutencao Das Ativ. Do Conselho Tutelar

08.244.0017.2405 - Fortalecimento Do Controle Social (Cmas)

08.244.0019.2406 - Bloco Da Proteção Social Básica - Psb

08.244.0017.2407 - Indice De Gestao Descentralizada Igd Suas

08.244.0019.2408 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)

08.244.0017.2414 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único

08.244.0022.2415 - Primeira Infância No Suas - Criança Feliz

08.244.0022.2417 - Crescendo Bem

08.244.0017.2419 - Vigilância Socioassistencial
08.244.0022.2423 - Mamãe Cheguei
Elemento De Despesa: 3.3.90.30.00 Material De Consumo
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente
Fonte De Recurso: RP / Recurso Da União / Recurso Estadual

SEMUST:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;
Programação: 06.122.0032.2201 Manutenção das Atividades da SEMUST;
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de Impostos;

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;
Programação: 27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;
Programação: 13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;
Programação: 23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;
Programação: 27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras;
Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP
04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios
04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas
15.451.0012.2653.0000 - Pav. Cons. e Qualificação de Vias Urbanas
15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais
15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. Recup. Infraestrutura Urbana
Elemento Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;
Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Transferência da União Referente a Compensação Financeira de Recursos
Minerais - 0.1.708.

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.
Programação:
10.122.0039.2501 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria;
10.301.0035.2507 - Atenção Básica em Saúde PAB;
10.302.0037.2513 - Atenção de Média e Alta Complex. Amb. e Hospitalar MAC;
10.302.0037.2519 - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;
10.304.0036.2524 - Ações de Vigilância Sanitária;
10.305.0036.2526 - Ações de Vigilância e Promoção em Saúde;
10.305.0036.2527 - Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS Hepatites Virais;
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.
Fonte de Recurso: RP-1.500, SUS-1.600, ESTADUAL-1.621

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento
Programação: 02.06.04.122.0005.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.






Ariquemes/RO,de de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO, SECRETÁRIO DE OBRAS , em 13/01/2026 às 09:59, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO) , em 13/01/2026 às 10:13, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por VILMAR FERREIRA, SECRETARIO MUN. DE MEIO AMBIENTE , em 13/01/2026 às 10:16, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC , em 13/01/2026 às 10:28, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por ANTONIO MARCOS DE MOURA#, Secretário Mun. de Agricultura Ind. e Comércio , em 13/01/2026 às 10:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .



Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA#**, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 13/01/2026 às 10:59, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAIVA FREITAS, SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 13/01/2026 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO PEREZ PEDROTI#**, Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, em 13/01/2026 às 12:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3713523** e o código verificador **86747591**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO#	***.362.462-**	13/01/2026 09:51
2	MAGDA OLIVEIRA MATOS#	***.850.802-**	13/01/2026 10:14
3	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	13/01/2026 11:29

Referência: [Processo nº 8-15642/2025](#).

Docto ID: 3713523 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
53/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2025
PROCESSO N.º 15642/SEMOSP/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e três, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O objeto da presente ata é o Abertura de Processo de Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I

1. LICITANTE:
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:
ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.
DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	EMPRESA DETENTORA
1	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBO E CONEXÕES PVC RÍGIDO, COM 175G.	UND	65	Aaaa	XXX	Aaaa
2	Anel Vedação Material: Borracha Características Adicionais: Vaso Sanitário Com Guia	UND	59	Aaaa	XXX	Aaaa
3	Arame galvanizado, 6bwg, d= 5,16mm	KG	30	Aaaa	XXX	Aaaa
4	Barra Aço Formato Seção: Redondo Bitola: 3/8 POL Comprimento: 1 M	BARRA	220	Aaaa	XXX	Aaaa

	Características Adicionais: Com Rosca Material: Aço Inoxidável Aisi 304					
5	BARRA ROSCADA 3/8 X 1M	UND	40	Aaaa	XXX	Aaaa
6	Cabo De Aço - Cabo De Aço 1/2" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 12,7mm.	METRO	40	Aaaa	XXX	Aaaa
7	Cabo De Aço - Cabo De Aço 5/8" 6x19s Galvanizado, Alma De Fibra, 15,9mm.	METRO	100	Aaaa	XXX	Aaaa
8	Caixa D'Água Material: Fibra de Vidro Capacidade: 2.000 L Características Adicionais: Com Tampa	UND	9	Aaaa	XXX	Aaaa
9	Caixa d'água de fibra de vidro, 1000 litros, com tampa.	UND	3	Aaaa	XXX	Aaaa
10	Canaleta Material: Pvc Tipo: Com Tampa Cor: Branca Características Adicionais: Lisa E Sem Divisória, Com Fita Dupla Face Dimensões: (AxLxc) 20 X 10 X 2000 MM	UND	98	Aaaa	XXX	Aaaa
11	CARRIOLA: carro de mão com caçamba metálica e capacidade de 65 litros, cor cinza ou preta dimensões: 1455x622x545mm, peso 15 kg pneu com câmara de ar 3,5.	UND	87	Aaaa	XXX	Aaaa
12	CHAVE TORX MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, FORMATO: RETA ACABAMENTO: NIQUELADO E CROMADO, COM PONTA FOSFATIZADA REFERÊNCIA: T20 MATERIAL CABO: POLIPROPILENO BITOLA: 3,86MM COMPRIMENTO HASTE: 100MM COMPRIMENTO: 190MM.	UND	6	Aaaa	XXX	Aaaa
13	Chuveiro Elétrico Material: Termoplástico Variações Temperatura Água: 4 Cor: Branca Potência: Mínima 6.800 W Tensão Operação: 220 V	UND	72	Aaaa	XXX	Aaaa
14	Chuveiro não Elétrico Material: Plástico Tipo: com Braço, Sem registro Diâmetro: 4 POL Cor: Branca Comprimento Braço: Cerca 35 CM	UND	15	Aaaa	XXX	Aaaa
15	Cola para vedação de calhas e rufos, tubo 400 gramas	UND	50	Aaaa	XXX	Aaaa
16	Conexão hidráulica - Adaptador soldável com flange e anel de vedação, para caixa d'água, 20mm, marrom.	UND	10	Aaaa	XXX	Aaaa
17	Corrente Soldada Zincada 6.0mm. Dimensões aproximadas dos Elos: 22x40mm; Resistência Mínima: 500 Kg F; Ruptura: 2000 Kgf; Normas Abnt: Nbr 15293.	METRO	350	Aaaa	XXX	Aaaa

18	Cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto).	UND	100	Aaaa	XXX	Aaaa
19	Curva de PVC, 45° 100 mm, Cor Branca, de Boa Qualidade.	UND	10	Aaaa	XXX	Aaaa
20	Curva Material: Pvc Tipo: Curva 45° Tipo Fixação: Soldável Bitola Lado Soldável:25mm Marrom boa qualidade	UND	30	Aaaa	XXX	Aaaa
21	Disco de lixa flap 4.1/2 x 7/8 polegadas, grão 40.	UND	10	Aaaa	XXX	Aaaa
22	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 40 CM Cor: Branco	UND	65	Aaaa	XXX	Aaaa
23	Engate Material: Pvc Flexível Bitola: 1/2 POL Comprimento: 60 CM Cor: Branco	UND	65	Aaaa	XXX	Aaaa
24	Fechadura de Porta de Vidro Material Lingueta: Aço Inoxidável Material Testa: Aço Inoxidável Material Tambor Segredo: Aço Inoxidável Componentes: Duas Chaves Metálicas e espelho Características Adicionais: 180° de Rotação, Tambor aproximadamente de 22 mm, tipo bico de papagaio/Auxiliar Aplicação: Porta de Correr/Vidro	UND	12	Aaaa	XXX	Aaaa
25	FITA 100 MM X 10 M ENVELOPAMENTO DE INSTALAÇÕES ISOLAMENTO EM REFRIGERAÇÃO Fita Material: Pvc Largura: 100 MM Comprimento: 10 M Características Adicionais: Utilizada No Envelopamento De Instalações Finalidade: Isolamento Em Refrigeração *Cor: Branca*	UND	3	Aaaa	XXX	Aaaa
26	Joelho de PVC, 40 Mm, 90°, Soldável, de Boa Qualidade.	UND	10	Aaaa	XXX	Aaaa
27	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4 PARA JARDIM DUPLA CAMADA, POL. 2,5 MM REFORÇADA EM PVC MATERIAL FLEXÍVEL.	METRO	210	Aaaa	XXX	Aaaa
28	PARAFUSO Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Auto Brocante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	CEN	8	Aaaa	XXX	Aaaa
29	Parafuso Auto-Atarraxante Material: Aço Carbono Tratamento Superficial:	CEN	5	Aaaa	XXX	Aaaa

	Bicromatizado Tipo Cabeça: Chata Tipo Fenda: Phillips Diâmetro Corpo: 5,50 MM Comprimento: 25 MM					
30	PARAFUSO FIXAÇÃO DE TELHA, ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5/16 E COMPRIMENTO 250MM. CONJUNTO COM ARRUELAS METÁLICAS E DE PVC CÔNICAS. Parafuso fixação de telha, rosca soberba, diâmetro 5/16 e comprimento 250mm. Conjunto com arruelas metálicas e de pvc cônicas.Caixa com 100 und	CX	5	Aaaa	XXX	Aaaa
31	Parafuso Sextavado Flangeado Nº 12 x 3/4 com ponta Broca Nº 3 e Arruela, material: Aço baixo carbono. Caixa com 100 unidades.	UND	45	Aaaa	XXX	Aaaa
32	PARAFUSO TELHA Material: Aço zincado Tipo: Telheiro comprimento 11 Cm, Diâmetro 8mm Forma da rosca: soberba, Sistema de aperto: chave forma da cabeça: Hexagonal	UND	5	Aaaa	XXX	Aaaa
33	Parafuso zincado, auto brocante, flangeado, 4,2mmx19mm.	CEN	6	Aaaa	XXX	Aaaa
34	PLACA COMPENSADO TIPO: COMUM TIPO MIOLO: LÂMINAS DE MADEIRA ACABAMENTO EXTERNO: PLASTIFICADO NAS DUAS FACES COMPRIMENTO: 2,20 M LARGURA: 1,10 M ESPESSURA: 16 M	UND	60	Aaaa	XXX	Aaaa
35	PORCA PLANA SEXTAVADO Porca Plana Material: Ferro Galvanizado Formato: Sextavado Diâmetro Nominal: 5/8 POL PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	Aaaa	XXX	Aaaa
36	PORTA DE MADEIRA Espécie da madeira: Angelim Tipo: Maciça Largura: 80 CM Altura: 2,10 M Características Adicionais: Com Guarnição/Jogo De Portal, Com Fechadura Completa. (obs: a fechadura já deve vim instalada na porta).	UND	10	Aaaa	XXX	Aaaa
37	Parafuso Material: Aço Zincado Tipo: Ponta Agulha Autoperfurante Comprimento: 13 MM Diâmetro: 4,20 MM Características Adicionais: Cabeça Flangeada Philips	CEN	8	Aaaa	XXX	Aaaa
38	PREGO COM CABEÇA 18 X 27 Prego Com Cabeça Material: Aço Carbono Tipo Cabeça: Liso Tipo Ponta:	PCT	235	Aaaa	XXX	Aaaa

	Comum Bitola: 18 X 27 Pacote 1 Quilograma					
39	PREGO COM CABECA TIPO: CONICA AXANDREZADA CORPO: LISO TIPO DE PONTA: DIAMANTE BITOLA: 19X36 PACOTE COM 1KG.	PCT	230	Aaaa	XXX	Aaaa
40	Ralo Sifonado PVC Grelha Quadrada DN 100mm x 100mm x 50mm.	UND	25	Aaaa	XXX	Aaaa
41	Registro Esfera Material: Pvc Tipo: Manual Bitola: 20 MM Aplicação: Instalação Hidráulica Tipo Fixação: Soldável	UND	47	Aaaa	XXX	Aaaa
42	Registro esfera, PVC soldável 25 mm	UND	45	Aaaa	XXX	Aaaa
43	Régua Comum Material: Madeira Comprimento: 100 CM Graduação: Centímetro Tipo Material: rígido	UND	5	Aaaa	XXX	Aaaa
44	Sifão flexível simples universal, de plástico, 1,5 metros	UND	103	Aaaa	XXX	Aaaa
45	Tábua de madeira nao aparelhada 2,5 x 30 cm POR 3 METROS cedrinho ou equivalente da região.	METRO	955	Aaaa	XXX	Aaaa
46	Tê - conexão para tubos e canos - soldável, material polipropileno, diâmetro entrada 25mm, diâmetro saída 1/2 pol.	UND	65	Aaaa	XXX	Aaaa
47	TELA EM AÇO, SOLDADA, NERVURADA, Q 138, MALHA QUADRADA COM ESPAÇAMENTO DE 10 X 10 CM, DIMENSÕES 2,45M X 6,00M, DIÂMETRO DO FIO 4,20MM. CORREÇÃO DE RACHADURA/FISSURAS. Tela em aço, soldada, nervurada, Q 138, malha quadrada com espaçamento de 10 X 10 cm, dimensões 2,45m x 6,00m, Diâmetro do fio 4,20mm. Correção de Rachadura/Fissuras.	UND	20	Aaaa	XXX	Aaaa
48	Tela sombrite 90%, Medidas 5,00m x 10,00m, com bainha	UND	9	Aaaa	XXX	Aaaa
49	TELHA DE FIBROCIMENTO 5MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,5 cm, Altura da onde: 5,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação parafuso, peso: 27,1 kg, garantia do fabricante de 5 anos.	UND	15	Aaaa	XXX	Aaaa
50	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM Material: Fibrocimento Largura: 110 cm, Comprimento: 244 cm Espessura: 0,6 cm, Altura da	UND	70	Aaaa	XXX	Aaaa

	onde: 6,1 cm Características Adicionais: Acabamento natural, Cor cinza, Tipo de fixação: parafuso, peso: 32,5 kg, garantia do fabricante de 5 anos.					
51	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: Filtro E Bebedouros De Água Rosca De Entrada: 1/2 POL, Alavanca Gota 1/4 de Volta Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Compatível Com Todas As Carcaças Com Rosca De 1/2.	UND	108	Aaaa	XXX	Aaaa
52	Torneira plástica 1/2, de bancada, para lavatório.	UND	93	Aaaa	XXX	Aaaa
53	Trinco Material: Aço Zincado Tipo: Ferrolho Chato Dimensão: 4 POL Aplicação: Portas E Janelas Em Geral	UND	60	Aaaa	XXX	Aaaa
54	Tubo Galvanizado 4 pol X 6 Mt - 3,75 mm - Tubo de Aço Galvanizado, Barra Com 6 Metros, Espessura da Parede 3,75mm. Norma: NBR 5580.	BARRA	5	Aaaa	XXX	Aaaa
55	Vaso sanitário com caixa acoplada 3,6 litros, material: louça, cor: branca	UND	20	Aaaa	XXX	Aaaa
56	Veda Calha, aspecto físico pastoso, tubo de 280 GR	UND	120	Aaaa	XXX	Aaaa

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP	UND.	SEMAIC	SEMA	SEMDES	SEMUST	SEMTEC	SEMOSP	SEMSAU	SEMPOG	TOTAL
1	UND	2	-	10	3	30	-	20	-	65
2	UND	8	10	-	3	10	5	20	3	59
3	KG	-	20	-	-	-	10	-	-	30
4	BARRA	-	-	-	-	-	200	20	-	220
5	UND	-	40	-	-	-	-	-	-	40
6	METRO	-	-	-	-	-	40	-	-	40
7	METRO	-	-	-	-	-	100	-	-	100
8	UND	-	2	2	-	-	-	5	-	9
9	UND	1	-	-	-	-	-	2	-	3
10	UND	-	-	-	-	-	20	75	3	98
11	UND	2	15	3	-	4	60	-	3	87

12	UND	-	-	-	-	-	5	-	-	5
13	UND	-	-	-	2	-	-	70	-	72
14	UND	-	-	-	-	-	-	15	-	15
15	UND	-	-	-	-	-	-	50	-	50
16	UND	-	-	-	-	-	-	10	-	10
17	METRO	-	300	-	-	-	50	-	-	350
18	UND	-	-	100	-	-	-	-	-	100
19	UND	-	-	-	-	-	10	-	-	10
20	UND	-	-	-	-	-	10	-	-	10
21	UND	-	-	-	-	-	-	10	-	10
22	UND	-	-	-	5	-	10	50	-	65
23	UND	-	-	-	5	-	10	50	-	65
24	UND	1	-	3	-	-	-	-	8	12
25	UND	-	-	-	-	-	-	-	3	3
26	UND	-	-	-	-	-	10	-	-	10
27	METRO	-	-	100	-	100	-	-	10	210
28	CEN	-	-	-	-	5	-	1	-	6
29	CEN	-	-	-	-	5	-	-	-	5
30	CX	-	-	-	-	5	-	-	-	5
31	UND	-	-	-	40	5	-	-	-	45
32	UND	-	-	-	-	5	-	-	-	5
33	CEN	-	-	-	-	5	-	-	-	5
34	UND	-	-	20	-	30	-	10	-	60
35	PCT	-	-	-	-	-	10	-	-	10
36	UND	-	-	5	-	5	-	-	-	10
37	CEN	-	-	-	-	5	-	3	-	8
38	PCT	-	100	15	-	10	100	10	-	235
39	PCT	-	100	10	-	10	100	10	-	230
40	UND	-	-	-	-	-	10	15	-	25
41	UND	-	10	2	8	10	5	20	-	55
42	UND	-	10	2	-	10	5	10	-	37
43	UND	-	-	-	-	5	-	-	-	5
44	UND	8	-	10	-	20	10	50	5	103
45	METRO	-	-	50	-	5	900	-	-	955
46	UND	-	-	-	-	10	20	30	5	65
47	UND	-	-	-	-	-	-	20	-	20
48	UND	4	-	-	-	5	-	-	-	9
49	UND	-	-	-	-	-	-	-	15	15
50	UND	-	-	-	-	-	-	30	40	70
51	UND	10	10	5	10	10	10	50	3	108
52	UND	-	-	10	10	10	10	50	3	93
53	UND	-	-	10	-	10	10	30	-	60
54	BARRA	-	-	5	-	-	-	-	-	5
55	UND	-	-	3	3	5	5	3	1	20
56	UND	5	-	30	5	30	-	50	-	120

Em licitações onde houver divisão de cotas observar a ordem de distribuição prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA III - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata,

a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação

dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

8.2.1 comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

8.2.2 previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

8.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XVI - Dotação Orçamentária.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 10.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 10.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). _____, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. XX/SML/2025, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 15642/SEMOSP/2025.

15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0XX/2025/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA**, Diretora da DGSRP, em 02/12/2025 às 13:03, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3607753** e o código verificador **EFAE9283**.

Referência: [Processo nº 8-15642/2025](#).

Docto ID: 3607753 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
49/2025

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE CADASTRO DE RESERVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2025
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º
PROCESSO N.º 15642/SEMOSP/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Construção Civil 02. (parafusos, pregos e vigas de madeiras), para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE:

CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:

ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....

NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.

DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
1	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa
2	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA**, Diretora da DGSRP, em 02/12/2025 às 13:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3607931** e o código verificador **313EE654**.

Referência: [Processo nº 8-15642/2025](#).

Docto ID: 3607931 v1